Moacyr Lobo da Costa Junior

**Análise crítica do Banco de Dados
de Mortalidade do Ministério da Saúde,
utilizando os dados sobre Homicídios
ocorridos no Município de São Paulo, de
1979 a 1994.**

**Tese apresentada à Faculdade de Saúde
Pública da USP para obtenção do grau de
Doutor em Saúde Pública**

Orientador : Prof. Dr. Ruy Laurenti

**São Paulo
1997**

RESUMO

Este trabalho faz uma análise crítica do banco de dados de mortalidade do Ministério da Saúde, utilizando para tanto os dados sobre homicídios ocorridos no município de São Paulo de 1979 a 1994. Levanta uma série de problemas detectados durante a análise, alguns conceituais e outros operacionais, apresentando sugestões de solução. Apresenta também possibilidades de análise permitidas pelas informações contidas no banco, sem a utilização de dados primários, muito pouco exploradas em estudos de mortalidade.

ABSTRACT

The aim of this study was to critically analyse the mortality data bank of the Brazilian Ministry of Health (The National Mortality System of Information), using the information on Homicides that occurred in the City of São Paulo, during the time period 1979/1994.

Many problems were detected by conceptual and by the operational points of view, and suggestions, as resolutions, are given.

Important possibilities to explore the death certificate information, not yet used in mortality studies, are shown and conclusions led to the fact that this information can substitute the primary one obtained in household interview or other source.

Índice

1.	Introdução	1
2.	Hipótese e Objetivos	22
2.1	Objetivos	23
2.2	Hipóteses	25
3	Material e Métodos	29
3.1	Local e período de estudo	29
3.2	Fonte de dados	30
3.3	Variáveis	32
3.4	Geração do banco de dados	46
3.5	Análise dos dados	55
4.	Resultados	57
4.1	Resultados observados em relação às hipóteses levantadas	63
4.1.1	Homicídios na chamada "classe média"	64
4.1.2	Homicídios dos residentes na Grande S.Paulo	69
4.1.3	Homicídios em crianças e adolescentes	74
4.1.4	Homicídios no sexo feminino	77
4.1.5	Intervenção Legal	80
4.1.6	Lesões em que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas	84
4.2	Problemas encontrados com o banco de dados	87
4.2.1	Acidente de trabalho	88
4.2.2	Unidade da Federação (UF) - Informante	91
4.2.3	Arquivo para S.Paulo - 1994 UF-Informante	93
4.2.4	Residentes no exterior	94
4.2.5	O código 007 da Classificação para Ocupação	86
4.2.6	Classificação Abreviada para Ocupação	98
4.2.7	Os municípios de Brasília, Rio de Janeiro, e São Paulo	100
4.2.8	Informações sobre o tamanho de arquivo	103
4.2.9	Diferenças existentes entre o Ministério da Saúde e a Fundação SEADE	104
4.2.10	Possível problema de cobertura no Sistema de Mortalidade	106
4.2.11	Publicação de Causas Externas por Ocorrência	108
5.	Considerações finais e Conclusões	110
	Bibliografia	103

Índice de tabelas

Tabela 1	17	Tabela 13	67	Tabela 25	76
Tabela 2	18	Tabela 14	67	Tabela 26	77
Tabela 3	58	Tabela 15	67	Tabela 27	77
Tabela 4	59	Tabela 16	69	Tabela 28	79
Tabela 5	59	Tabela 17	70	Tabela 29	79
Tabela 6	59	Tabela 18	70	Tabela 30	80
Tabela 7	59	Tabela 19	71	Tabela 31	81
Tabela 8	60	Tabela 20	73	Tabela 32	83
Tabela 9	61	Tabela 21	73	Tabela 33	85
Tabela 10	61	Tabela 22	74	Tabela 34	86
Tabela 11	62	Tabela 23	75	Tabela 35	99
Tabela 12	62	Tabela 24	76	Tabela 36	104

I. Introdução

Os estudos de mortalidade, baseados em estatísticas de óbito, têm uma importância fundamental na área da Saúde Pública. Muitas vezes, as estatísticas de mortalidade, para grande número de regiões, são as únicas informações disponíveis, quer para análise epidemiológica, quer para planejamento e administração em saúde.

Conhecendo-se as causas de óbito mais freqüentes em uma localidade é que se consegue - ainda que de forma indireta - aquilatar o nível de saúde e de vida de uma população.

Os estudos baseados em estatísticas de mortalidade são, talvez, os de mais longa tradição em Saúde Pública. Trabalhos como os de Graunt - "Natural and Political Observations made upon the Bills of mortality" (1662) ou de Willian Farr (1839) são citados por MacMahoun (MacMahoun e Pugh, 1970)¹⁰ como exemplos das primeiras investigações nessa área.

O estudo das características relacionadas ao óbito, de variáveis como sexo, idade, local de ocorrência, causa básica do óbito, entre outras, podem revelar aspectos importantes para se descrever e entender todo o processo mórbido, e a partir daí se tentar tomar medidas que venham a evitar que tais causas continuem a acontecer.

Estudar as causas de morte, para no futuro evita-las, prolongando a vida, é no fundo a principal utilização de qualquer estudo de mortalidade. A título de exemplo, foram estudos demonstrando a existência de associação entre óbito por fratura de crânio e queda de motocicletas, que levaram à exigência de capacetes para motociclistas. Se por um lado não se pode evitar que as pessoas andem - e caiam - de motocicletas, por outro pode-se ao menos tentar minimizar as conseqüências da queda.

É também sempre citado em cursos de epidemiologia a clássica observação de John Snow sobre a associação entre a causa de morte "cólera" e a água consumida pela população de Londres. (Laurenti, 1973)⁷

Quando se analisa os dados utilizados em um estudo de mortalidade, constata-se que existem dois métodos básicos, em relação à origem desses dados, de se realizar esses estudos : com dados primários, levantados pelo próprio pesquisador, ou com dados secundários, cuja fonte normalmente é algum tipo de registro, geralmente ligado a instituições governamentais.

A grande maioria dos trabalhos, utiliza-se dos dois tipos de dados. Porem, entre nós, principalmente nos meios acadêmicos, em relação a estudos de mortalidade , não é raro se observar a utilização de dados primários, mesmo quando as variáveis de interesse ao estudo existem nos registros regulares e são, dessa forma, rotineiramente coletadas.

Tem-se observado que muitas variáveis são disponíveis em bancos de dados, porém, isso freqüentemente é ignorado ou principalmente observa-se que existe uma idéia bastante arraigada de que os dados não são bons, surgindo daí a "necessidade" de levantamentos de dados primários em detrimento das informações disponíveis, como por exemplo, ocupação e grau de instrução.

Cria-se assim um círculo vicioso bastante difícil de ser rompido : não se usa o dado porque não é bom; e o dado não melhora porque ninguém o utiliza; e ninguém o utiliza ...

Na verdade, existe um consenso entre usuários de sistemas de informação/bancos de dados, de que a utilização em larga escala de uma informação é condição necessária embora não suficiente para sua qualidade. Ou seja, quanto mais se utiliza e se questiona uma informação, mais ela melhora.

No Brasil, as informações sobre mortalidade, a nível nacional, podem ser obtidas em dois órgãos :

a) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados estes que não contemplam a causa de óbito, que é uma das variáveis mais importantes utilizadas na grande maioria dos trabalhos na área da saúde.

b) Ministério da Saúde, através do Subsistema de Informações sobre Mortalidade, da Fundação

Nacional de Saúde (SIM-MS), onde consta a informação sobre a causa de óbito.

Além desta diferença básica entre os dois bancos de dados, os dados do IBGE são enviados diretamente pelos cartórios de registro civil para o IBGE, em planilhas preenchidas pelos próprios cartórios.

Tal procedimento, previsto em lei, por si só não garante que todas as informações sejam enviadas, muito menos garante a qualidade dessas informações visto que a forma de envio é a transcrição dos dados de cada óbito da declaração de óbito para um planilha.

Se um cartório listar por exemplo apenas 80% das declarações de óbito, por "esquecimento" de um funcionário, o IBGE não tem como auditar esta ausência de informação.

Convém ainda lembrar que erros de transcrição são extremamente comuns em procedimentos deste tipo, que em não sendo auditados, tornam as informações de uma qualidade duvidosa e precária.

Já com relação aos dados do Ministério da Saúde, além de contemplarem informações sobre a causa do óbito, a coleta, a cargo das secretarias de Saúde dos Estados (para SP e MG, este serviço fica a cargo de órgãos ligados à Secretaria de Planejamento), não se limita a colher os óbitos registrados, havendo também uma busca ativa da informação esteja ela registrada ou não. Além disso, as informações são obtidas diretamente da Declaração de Óbito - DO, que tem uma de suas vias enviada pelos cartórios para o órgão estadual responsável pelas estatísticas de mortalidade^{14,15}.

Desde a época da antiga Fundação SESP - Serviços Especiais de Saúde Pública - do Ministério da Saúde, que agentes de saúde, principalmente no interior do nordeste do país, faziam busca ativa das ocorrências de óbito, independentemente da existência de registro ou Declaração de Óbito desses casos.

Deste modo, para muitas localidades, os números apresentados pelas duas fontes são bem díspares.

Por contemplar as causas de óbito, além da busca ativa, as estatísticas de mortalidade publicadas

pelo Ministério da Saúde ^{18,19} são bem mais utilizadas que as do IBGE na área da Saúde Pública. O Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, SIM-MS, criado em 1976 na gestão do Prof Dr. Paulo de Almeida Machado, e que é o responsável pelas estatísticas de Mortalidade a nível nacional, é no fundo, um agente consolidador das estatísticas estaduais.

Suas principais atribuições são, além naturalmente da consolidação das informações, a normatização dos procedimentos de coleta e de codificação dos dados ^{15,16,17} bem como dar apoio e supervisão aos órgãos estaduais e, muito importante, divulgar os dados.

Têm o sistema como rotina, uma verificação da consistência das principais variáveis. Essa consistência é feita por meio da verificação da compatibilidade, por exemplo, da causa de óbito com a idade ou com o sexo, ou mesmo a frequência de algumas causas ou algumas doenças e áreas geográficas.

Quando alguma anormalidade é detectada, isso é verificado no Estado que originou a informação e

o erro é corrigido. Tal procedimento faz com que este sistema seja o único a nível nacional de estatística de saúde com estrutura de cobertura, coleta e consistência conhecidas que funciona ininterruptamente há quase duas décadas.

Com relação à divulgação dos dados, além dos anuários de mortalidade¹⁸, disponíveis desde 1977 até 1993, e de tabulações especiais fornecidas mediante solicitação dos usuários, o SIM-MS lançou em fevereiro de 1990 um CD-ROM ¹⁹ contendo todo o banco de dados de mortalidade para o Brasil, relativo aos anos de 1979 a 1986, permitindo assim que um usuário, de posse deste CD-ROM, possa fazer a pesquisa que desejar com estes dados, sem depender de solicitação ao Ministério da Saúde.

Em 1995 foram lançadas duas atualizações do CD-ROM e mais uma em 1996, versão esta²⁰ que será utilizada para o que se pretende analisar neste trabalho. Estas novas versões, tiveram muitas inovações, tais como estarem os arquivos, tipo DBASE, particionados por estado, um arquivo por ano, além de conterem também arquivos com os óbitos fetais, que não constavam do primeiro CD-ROM.. Têm incorporados também programas de

obtenção dos dados e programas de tabulação, facilitando em muito a obtenção e análise de dados por usuários menos afeitos à computação.

A divulgação deste CD-ROM, torna real a possibilidade da disseminação das informações sobre mortalidade a nível local.

No Estado de São Paulo, a produção de estatísticas vitais tem uma longa tradição quanto à sua cobertura, qualidade e divulgação, sendo que no passado sua elaboração estava a cargo do antigo Departamento Estadual de Estatística - DEE, passando a partir de 1979 à responsabilidade da Fundação SEADE - Serviço Estadual de Análise de Dados e Estatística, da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. É a quem compete a recepção, a codificação, a tabulação e a análise dos dados, bem como sua divulgação, além do envio para o Ministério da Saúde, para o SIM-MS, para consolidação a nível nacional.

É importante ressaltar, que além dos Estados Unidos, o Estado de São Paulo, desde 1983 até o início desta década, era o único lugar onde para a seleção da causa básica do óbito, com as regras e normas

preconizadas pela Organização Mundial da Saúde, se utilizava de um programa de computador. (ACME - Automated Classification of Medical Entities)²¹, produzido pelo National Center for Health Statistics-NCHS, USA, garantindo dessa forma maior uniformidade no critério de seleção da causa básica do óbito. Tal procedimento foi adotado no Estado de São Paulo de forma rotineira em meados de 1983, vigorando até dezembro de 1995, quando se encerrou a vigências da 9ª Revisão da CID³.

Isto garante enorme melhoria na qualidade dos dados, pois :

a) impede a interferência do codificador por preferência desta ou daquela causa.

b) assegura a obediência às regras, eliminando esquecimentos ou distrações durante o procedimento de seleção da causa básica.

c) estabelece uma uniformidade de decisão com situações iguais sendo tratadas sempre do mesmo modo, tendo sempre a mesma causa básica selecionada.

d) qualquer erro eventualmente detectado, é corrigido e não mais irá ocorrer.

No que diz respeito a qualidade da informação sobre mortalidade, alguns fatores são indicativos, ainda que indiretos. Assim, a cobertura dos óbitos ocorridos, o número médio de diagnósticos por atestado e a proporção de óbitos atestados com causa do óbito "mal definida" segundo a Classificação Internacional de Doenças estão entre estes fatores.

Desta forma, em um sistema de informações sobre mortalidade, pode-se dizer que : quanto maior a cobertura conseguida pelo sistema, quanto maior o número médio de diagnósticos informado por atestado, e quanto menor a proporção de óbitos por causas "mal definidas", melhor é considerada a qualidade dos dados. (Laurenti,1973)⁶

No Estado de São Paulo, além da cobertura poder ser considerada de praticamente 100% dos óbitos, dados como o número médio de diagnósticos - por volta de 2 por atestado desde a década de 70 (Laurenti,1973)⁶, e percentual de óbitos por causas mal definidas¹⁸ por volta

de 6% desde 1979 são indicadores, ainda que indiretos, da qualidade dos dados, garantida ainda por uma dupla verificação de consistência, nos procedimentos normais do sistema e durante o procedimento de seleção da causa básica do óbito através do sistema de computador denominado ACME.

No Município de São Paulo, em função do tamanho de sua população, por volta de 10 milhões de habitantes, segundo o censo do IBGE de 1991, tem-se que qualquer tipo de informação relativa a ele apresenta grande volume de dados. É uma cidade que contém várias "populações distintas" em relação a variáveis como classe social ou nível de escolaridade, abrigando desde a mais absoluta pobreza, até pessoas com um nível de riqueza pouco encontrado no restante do planeta. São Paulo é uma cidade de contrastes, onde se pode observar desde um primeiro mundo a nível tecnológico até a miséria total.

Considerando que em estudos de mortalidade, dependendo das variáveis que se queira estudar, é importante se ter um volume razoável de dados como massa crítica e que populações com níveis socio-econômicos

diferentes possuem padrões de mortalidade diferentes, tem-se que qualquer estudo de mortalidade que seja feito com os dados sobre São Paulo, devem apresentar extrema riqueza de informações e aspectos múltiplos para análise.

Por outro lado, para esse município, é importante destacar, quando se trata de análises de mortalidade, que o serviço funerário existente na cidade é municipal, não existindo funerárias particulares que, em outros municípios, freqüentemente "vendem" DO's com declarações falsas de causa de óbito, como por exemplo foi amplamente divulgado pela imprensa do município de São Paulo no início de 1997.

Além disso a existência no município de uma boa estrutura assistencial na área da saúde para atendimento da população, principalmente a parte mais carente, destacando-se neste atendimento os Hospitais Universitários e diversos outros hospitais estaduais e municipais; dá maior credibilidade à questão da qualidade da declaração da causa de morte.

Outro dado importante é a existência de um Serviço de Verificação de Óbitos - SVO, bem como do

Instituto Médico Legal, ambos considerados de qualidade. Também o fato de praticamente 100% da população do município ser urbana quase que permite assegurar a inexistência de sub-registro de óbito.

Todos os fatores acima citados propiciam de forma direta ou indireta uma melhor qualidade nas informações sobre o óbito, a começar do preenchimento da DO.

Por tudo o que acima foi exposto, acreditamos que a riqueza e a qualidade das informações constante no banco de dados de mortalidade, em especial para o Município de São Paulo, permite prescindir de dados primários em uma grande gama de análises, hoje em dia pouco exploradas.

De um modo simplista, poderiam as causas de óbito serem dicotomizadas em dois grupos : as causas naturais, ou "doenças", e as causas externas ou violentas ou causas não naturais.

As causas de morte são codificadas e classificadas segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito (CID)

da Organização Mundial da Saúde, sendo que sua 9ª Revisão³, de 1975, entrou em vigor em 1979, e vigorou até dezembro de 1995. A CID apresenta em seu corpo as "causas naturais", e adicionalmente uma Classificação Suplementar - o chamado código E - utilizado apenas para as causas externas.

Já a 10ª Revisão da CID⁴ que, para mortalidade, entrou em vigor em janeiro de 1996, incorpora a Classificação Suplementar "E" como um Capítulo da Classificação, e não mais como uma Classificação Suplementar como ocorreu da CID-7 à CID-9^{22,23,3}.

Em saúde pública a importância de se estudar de forma diferenciada as causas externas, esta ligada até certo ponto ao tipo de prevenção que pode ser feito, bastante diferente da prevenção de "causas naturais".

Na grande maioria das vezes, quando se fala de prevenção de causa externa de óbito, a solução esta fora da alçada da área da saúde muito embora seja este setor que mais tenha se preocupado com a questão e venha apresentando possíveis soluções. (Mello Jorge, 1979)¹²

Por outro lado, o volume de óbitos por causa externas, segundo as estatísticas de mortalidade disponíveis, vem aumentando nos últimos anos, principalmente nas capitais, podendo-se mesmo dizer que está ocorrendo uma verdadeira "epidemia" por algumas dessas causas externas, como por exemplo Homicídios¹⁷. (Yunes e Rats, 1994)²⁷

A Tabela 1 a seguir, apresenta as mortes por causas externas para o Brasil, para o Estado de São Paulo e para a cidade de São Paulo, bem como o "peso" desses óbitos no total de mortes em cada lugar. Pode-se observar que a proporção de mortes por causas externas vem crescendo, e adquirindo uma maior importância na cidade do que no estado que por sua vez tem uma proporção maior do que no país.

Tabela 1.

Óbitos Totais e por Causa Externa de 1979 a 1994, população residente, segundo localização.

Ano	Brasil			Estado de São Paulo			Município de São Paulo		
	Total	Causa Externa Número	% s/tot	Total	Causa Externa Número	% s/tot	Total	Causa Externa Número	% s/tot
1979	711742	65253	9,2	171583	16081	9,4	56791	5328	9,4
1980	750727	70212	9,4	175408	17595	10,0	57764	5931	10,3
1981	750276	71833	9,6	175926	18147	10,3	57272	5990	10,5
1982	741614	73460	9,9	175015	18255	10,4	56996	5960	10,5
1983	771203	78008	10,1	177765	20612	11,6	57428	7090	12,3
1984	809825	82386	10,2	185661	22055	11,9	60375	7831	13,0
1985	788231	85845	10,9	182282	22654	12,4	58694	7798	13,3
1986	811565	95968	11,8	189361	25137	13,3	61049	8508	13,9
1987	799621	94421	11,8	189840	25574	13,5	61106	8756	14,3
1988	834338	96174	11,5	201320	24893	12,4	64591	8407	13,0
1989	815774	102252	12,5	201107	27381	13,6	63453	9229	14,5
1990	817284	100656	12,3	206466	27574	13,4	64765	9464	14,2
1991	803836	102023	12,7	198559	27733	14,0	61900	9358	15,1
1992	826828	98994	12,0	203687	26237	12,9	62294	8614	13,8
1993	878106	103751	11,8	216675	27458	12,7	66340	8895	13,4

Fonte: SIM-MS¹⁸

Dentre as causas externas, existe um grupo que teórica e racionalmente falando deveria ser nula ou quase isto, porém em função da própria natureza humana vem adquirindo um volume cada vez maior : os Homicídios, ou a eliminação de um ser humano por outro ser humano.

Principalmente nas grandes cidades, São Paulo entre elas, há mais de uma década que a assim chamada "violência urbana" vem aumentando e tornando-se cada vez mais motivo de preocupação do cidadão comum. (Costa Jr,1987)⁵ e (Mello Jorge,1979)¹²

Especificamente com relação ao Município de São Paulo, pode-se observar na Tabela 2 a seguir o quão importante é o peso dos óbitos por Homicídio, que vem adquirindo uma proporção cada vez maior no município do que no estado ou no país.

Tabela 2. Óbitos por homicídios, população residente, segundo localização e ano de ocorrência.

Ano	Brasil			Estado de São Paulo			Município de São Paulo		
	Númer o	% s/ Total de óbitos	% s/ Causa Externa	Númer o	% s/ Total de óbitos	% s/ Causa Extern a	Númer o	% s/ Total de óbitos	% s/ Causa Externa
1979	11194	1,6	17,2	2384	1,4	14,8	1001	1,8	18,8
1980	13910	1,9	19,8	3446	2,0	19,6	1480	2,6	25,0
1981	15213	2,0	21,2	4195	2,4	23,1	1764	3,1	29,4
1982	15550	2,1	21,2	4183	2,4	22,9	1747	3,1	29,3
1983	17408	2,3	22,3	5857	3,3	28,4	2633	4,6	37,1
1984	19767	2,4	24,0	7080	3,8	32,1	3264	5,4	41,7
1985	19747	2,5	23,0	7027	3,9	31,0	3203	5,5	41,1
1986	20479	2,5	21,3	7196	3,8	28,6	3218	5,3	37,8
1987	23087	2,9	24,5	7944	4,2	31,1	3584	5,9	40,9
1988	23357	2,8	24,3	7496	3,7	30,1	3266	5,1	38,8
1989	28757	3,5	28,1	9178	4,6	33,5	3832	6,0	41,5
1990	31989	3,9	31,8	9503	4,6	34,5	4038	6,2	42,6
1991	30750	3,8	30,1	9685	4,9	34,9	4211	6,8	45,0
1992	28374	3,4	28,7	9011	4,4	34,3	3832	6,2	44,5
1993	30610	3,5	29,5	9224	4,3	33,6	3831	5,8	43,1

Fonte: SIM-MS¹⁸

Além do aumento dos óbitos por homicídio, seja a nível absoluto, seja a nível relativo, tanto entre as causas externas como no total de óbitos, algumas de suas características tem se alterado, como por exemplo a idade(Costa Jr,1987)⁵ e (Mello Jorge,1979)¹²

A importância dos homicídios tem sido muito realçada ultimamente e cada vez mais vem sendo feitos estudos sobre os mesmos. Tal fato não acontece apenas entre nós, mas de uma maneira geral em todo o mundo. (26)

Em levantamento bibliográfico na fonte MEDLINE, de 1989 a 1993, obteve-se 855 títulos, abordando os mais variados aspectos, desde estudos sobre homicídios nas idades mais jovens^{1,5,10,11,13,20,21,22} estudos ligando homicídio a narcotráfico e bandos (Meechan e Pugh,1970)¹⁰, abordando aspectos econômicos (Lester et all,1992)⁸, relacionando homicídio com acidente do trabalho (Betzz eEisenmenger,1990)², dentre outros.

Numerosos desses estudos utilizam-se de dados primários, o que se justifica plenamente quando se trata de analisar variáveis não disponíveis nos registros rotineiros. Entretanto tem-se verificado, mesmo em trabalhos que analisam séries históricas, que os pesquisadores ignoram a existência de algumas variáveis que estão registradas e portanto disponíveis, e se valem de dados obtidos em pesquisas - dados primários - o que nem sempre é fácil de se obter, além de ser na maioria das vezes bastante custoso.

Tradicionalmente os estudos de mortalidade são realizados estudando-se os óbitos segundo a residência dos falecidos, pois isso é de grande interesse epidemiológico. Por outro lado, o local de ocorrência tem interesse por exemplo em administração de serviços.

O fato da grande maioria dos óbitos ocorrerem em hospitais, faz com que o local do óbito venha a diferir do local de residência do falecido, na grande maioria dos municípios brasileiros, isto devido à precariedade da rede de atenção à saúde disponível em nosso país. Desse modo, muito embora as pessoas venham a adoecer - início do processo mórbido - nos locais aonde vivem, trabalham e residem, acabam por vir a falecer onde existe atendimento médico/hospitalar, nem sempre no mesmo município onde residem.

Considerando que o objetivo principal dos estudos de mortalidade, em última análise, está ligado à prevenção da causa que desencadeou o processo que levou ao óbito, não faz o menor sentido analisar "onde" o doente morreu, e sim "onde" foi o início da afecção/doença ou agravamento à saúde que desencadeou o óbito, isto é o local de residência. (ver item 4.2.10)

Isto é tacitamente aceito como válido para as chamadas causas naturais, pois normalmente, as doenças que podem levar a óbito, estão relacionadas às condições de vida de uma pessoa, seus hábitos, condições de trabalho, condições ambientais, enfim, ligadas ao ambiente onde vive. No entanto, quando se trata de causa externa, as condições que propiciam o óbito, na grande maioria das vezes, estão geralmente ligadas mais ao local onde ocorreu o fato do que propriamente àquele em que a pessoa residia.

Assim sendo, com relação às causas externas, muito embora não deixe de ser importante a análise sob o prisma da residência, é também muito importante analisar-se os óbitos sob o prisma do município de ocorrência do óbito.

Porém, até hoje, em função de dificuldades operacionais, que acreditamos hoje estão superadas, as publicações de dados, tais como os anuários do Ministério da Saúde^{17,18,19} apresentam apenas os dados por residência.

II. Objetivos e Hipóteses

Este trabalho pretende, utilizando como objeto de estudo os dados sobre Mortalidade por Homicídio, ocorridos no Município de São Paulo, de 1979 a 1994, descrever algumas maneiras de se explorar o banco de dados do SIM-MS, bem pouco utilizadas entre nós, assim como fazer uma análise crítica de alguns aspectos do Banco de Dados, mostrando pontos que ao nosso ver merecem consideração, e deveriam a longo prazo serem modificados, para a melhoria do sistema.

Por outro lado, tentaremos mostrar que com a riqueza e a qualidade da informação existente, muito se pode analisar sem a necessidade de dados primários sobre as mesmas variáveis pesquisadas.

Para tanto levantaremos algumas hipóteses sobre homicídios ocorridos no Município de São Paulo neste período, que tentaremos testar.

2.1 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho, é fazer uma análise crítica de alguns pontos do banco de dados de mortalidade do Ministério da Saúde, utilizando para tanto os dados sobre homicídios ocorridos no Município de São Paulo entre 1979 e 1994.

Mostrar, enquanto usuário deste banco, que é possível de se ter uma postura crítica perante os dados que permita detectar eventuais problemas relativos às informações que nos estão sendo fornecidas, utilizando para tal fim os próprios dados do banco, que em virtude da qualidade do sistema e da riqueza de informações existentes, permitem tal procedimento..

Outro objetivo é mostrar, também utilizando os dados sobre homicídios, possibilidades de análise de dados, muito pouco exploradas, utilizando apenas e tão somente as informações do banco de dados de mortalidade do Ministério da Saúde - SIM-MS.

Pretende também mostrar a riqueza de informações existente, e quase não utilizada, que possibilita uma série de abordagens não usuais, que serão apresentadas a título de exemplos de possíveis análises sobre o tema, a começar pela abordagem por município de ocorrência e não por município de residência como é tradicional feito em estudos de mortalidade.

2.2 Hipóteses

As hipóteses que serão levantadas a seguir, tem como finalidade não uma análise epidemiológica do fenômeno, mas sim exemplificar maneiras de se utilizar o Banco de dados do SIM-MS.

Para tanto, foram escolhidas em função de propiciarem uma maior exploração da riqueza do banco, com formas não usuais de análise.

Deste modo, temos como hipótese principal que o perfil dos óbitos por homicídio, ocorridos no Município de São Paulo vem mudando nos últimos anos. Além do aumento quantitativo, seja a número absoluto ou relativo, teria havido também algumas mudanças qualitativas, destacando-se entre estas mudanças :

a) Aumento nos homicídios ocorridos nas classes mais favorecidas da população, as comumente denominadas "classes média e alta".

b) Aumento nos homicídios ocorridos em São Paulo, de residentes na Grande São Paulo, em função de um processo de migração de parte da população de baixa renda, que antes morava na periferia de São Paulo, e que com a expansão da cidade foi "empurrada" para alguns municípios da Grande São Paulo, denominados de "cidades dormitório".

c) Aumento dos homicídios na infância e adolescência, principalmente, entre jovens de pouca ou nenhuma escolaridade.

d) Aumento dos homicídios em mulheres.

Além desses aspectos, temos ainda duas hipóteses a serem testadas, não mais com relação a resultados das estatísticas vitais mas com relação ao banco de dados de mortalidade.

Essas hipóteses dizem respeito a dois agrupamentos de códigos de causas na Classificação Suplementar de Causas Externas, que de um certo modo, quando se trata de óbito, podem, e muitas vezes devem ser considerados como "tipos especiais" de homicídios.

São esses agrupamentos :

1) Intervenções Legais. Segundo a CID : "Inclui lesões infligidas pela polícia ou por outros agentes da lei, incluindo militares em serviço, durante detenção ou tentativa de detenção por infração da lei, para repressão de distúrbios, para manutenção da ordem pública e outras ações legais". (3)

2) Lesões em que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas.

No primeiro caso são óbitos ocorridos em confronto com uma autoridade constituída, onde pode-se presumir "a priori" que não houve por parte da autoridade a intenção de se cometer um homicídio, tendo este sido consequência inevitável de uma ação que se fazia necessária.

Teremos então como hipótese que apenas uma parte específica da população, a mais desprotegida socialmente falando, é atingida pelas assim chamadas intervenções legais, e que mesmo assim são muito poucos os óbitos codificados sob esta rubrica.

No segundo caso, estão óbitos em que teoricamente se desconhece as circunstâncias em que se ocorreu a lesão que levou à morte.

Estes casos, supomos que não devam ocorrer em grande proporção, em função da boa qualidade do banco de dados relativo ao Município de São Paulo.

Se não fosse o caso, e por exemplo se verificasse um alto volume de óbitos por arma de fogo em que se ignora se foi acidental ou intencional, tal fato denotaria claramente uma "fuga" de dados da rubrica homicídios, pois é muito pouco provável um número grande de mortes por arma de fogo nestas circunstâncias, estando aparentemente neste caso a fonte dos dados - IML ou médico ou delegado, que são as fontes teoricamente possíveis de terem preenchido a DO - se omitindo e evitando reconhecer a existência do homicídio.

Acreditamos que este não seja o caso para São Paulo, muito embora se saiba que ocorre com grande freqüência em outras regiões do país, como por exemplo o Rio de Janeiro^{18, 19, 20}.

III. Material e métodos

3.1 Local e período de estudo

Foram estudados os dados relativos aos óbitos por Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, que foi o local escolhido em função do volume de dados e da qualidade e diversidade dos mesmos.

Foram analisados os dados relativos ao período compreendido entre os anos de 1979 e 1994 (16 anos) que é o período para o qual tem-se as informações disponíveis na mesma fonte de dados, o CD-ROM elaborado pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-MS)²⁰.

3.2 Fonte de dados

A fonte dos dados deste trabalho, como já foi dito acima será o CD-ROM elaborado pelo Ministério da Saúde²⁰, de março/1996, que contém para São Paulo, dados de 1979 a 1994.

Este CD contém arquivos com óbitos por Estado de residência e arquivos com óbitos por Unidade da Federação (UF) informante, de onde foram retiradas as informações por ocorrência no município. Contém ainda o CD, farta documentação em arquivos textos, descrevendo com riqueza de detalhes e precisão, os programas utilitários disponíveis, os arquivos de dados, o Sistema de Mortalidade, bem como as variáveis disponíveis e as definições inerentes ao Sistema.

Porém, em virtude da variedade e complexidade das informações existentes, acreditamos que é de vital importância para uma boa utilização do CD, que o usuário, por mais que acredite conhecer o sistema, leia atentamente toda a documentação do mesmo, em todos os seis arquivos.

Estes arquivos são :

Localizado na raiz do CD o arquivo **Leiname.doc**,
e alocados no diretório \DOCS os arquivos :

Estrarq.doc	Estrtab.doc	Intro.wri
Tab.doc	Tabelas.doc	

Os dados de 1979 a 1992 são considerados pelo Ministério da Saúde como definitivos. Já as informações relativas aos anos de 1993 e 1994 são consideradas provisórias (atualmente, 1997, já publicados) ou preliminares, e ainda passíveis de alterações em função tanto do recebimento de mais dados como da correção dos dados já existentes decorrente da realização dos procedimentos de crítica e consistência dos dados realizada pelo sistema a nível de rotina.

Foi também obtido, para efeito de uma "macro comparação" de resultados, junto à Fundação SEADE, para o período de 1987 a 1993, os dados sobre óbitos ocorridos no Município de São Paulo, devido a causas externas.

3.3 Variáveis

Muito embora o arquivo gerado a partir do CD-ROM, com os dados sobre homicídios ocorridos no Município de São Paulo, contenham todas as variáveis disponíveis no sistema, não necessariamente iremos fazer uso de todas elas nas análises a serem realizadas neste trabalho. Entretanto apresentamos a seguir a descrição completa das variáveis existentes no banco de dados.

Esta descrição das variáveis é uma transcrição do arquivo de documentação do CD, **Estrarq.doc**, que apresenta a estrutura da base de dados, bem como os valores possíveis para cada variável.

Cabe entretanto um comentário. Nem sempre a estrutura foi a que esta sendo agora apresentada. Em virtude das dificuldades operacionais existentes no passado para se trabalhar com um número elevado de registros com muitas variáveis, e também em função do custo que estes procedimentos exigiam, algumas variáveis apenas no início da década de 90 foram incorporadas na forma como hoje são apresentadas.

Deste modo, a fim de diferenciar essas variáveis ao lado do número do campo, colocamos asteriscos, com o seguinte significado :

* - variável que sempre foi apresentada no sistema do mesmo modo.

** - variável recém incorporada ao sistema. (A partir de 1992)

*** - variável que sofreu modificação (DATAOBITO). Antes era subdividida em dois campos, um para ANO e outro para MÊS da ocorrência do óbito, e hoje é apresentada como data no formato AA/MM/DD. Para as informações em que não consta o dia, foi colocado 00.

Os campos dos arquivos (variáveis do sistema) são os seguintes:

CAMP O	NOME	tipo/ta m	DESCRIÇÃO
*01	DO	C(08)	Número da DO, sequencial por UF informante e por ano
**02	CARTÓRIO	C(04)	Código do cartório onde o óbito foi registrado
**03	REGISTRO	C(06)	Número de registro do óbito
**04	DATA REG	C(06)	Data do registro em cartório, no formato aammdd
*05	TIPOBITO	C(01)	Tipo de óbito, conforme a tabela : 1: Óbito fetal 2: Óbito não fetal
***06	DATAOBITO	C(06)	Data do óbito, no formato aammdd.
*07	ESTCIVIL	C(01)	Estado civil, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Solteiro 2: Casado 3: Viúvo 4: Separado judicialmente 5: Outro
*08	SEXO	C(01)	Sexo, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Masculino 2: Feminino
**09	DATANASC	C(08)	Data de nascimento, no formato aammdd.

CAMP O	NOME	tipo/tam	DESCRIÇÃO
*10	IDADE	C(03)	Idade, composto de dois subcampos. O primeiro, de 1 dígito, indica a unidade da idade, conforme a tabela a seguir. O segundo, de dois dígitos, indica a quantidade de unidades: 0: Idade ignorada; o segundo subcampo é também zero 1: Horas; o segundo subcampo varia de 01 a 23 2: Dias; o segundo subcampo varia de 01 a 29 3: Meses; o segundo subcampo varia de 01 a 11 4: Anos; o segundo subcampo varia de 00 a 99 5: Anos (mais de 100 anos); o segundo subcampo varia de 0 a 99; Exemplos: 000: Idade ignorada 103: 3 horas 204: 4 dias 305: 5 meses 410: 10 anos 505: 105 anos 400: menor de 1 ano, mas não se sabe o número de horas, dias ou meses
*11	LOCOCOR	C(01)	Local de ocorrência do óbito, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Hospital 2: Via pública 3: Domicílio 4: Outro
**12	CÓDIGO	C(07)	Código do estabelecimento onde ocorreu o óbito, se LOCOCOR = 1. Este código é atribuído por cada estado e/ou município, não fazendo parte da base nacional.
*13	MUNIOCOR	C(07)	Município de ocorrência do óbito, conforme codificação do IBGE. Veja mais adiante, neste documento, as observações sobre a codificação de municípios.
*14	MUNIRES	C(07)	Município de residência, em codificação idêntica a de MUNIOCOR. Os óbitos de residentes no exterior ou de residência completamente ignorada foram desprezados nos anos de 1979 a 1992.
**15	BAIRES	C(03)	Bairro de residência. Este código é atribuído por cada estado e/ou município, não fazendo parte da base nacional.
**16	AREARES	C(03)	Área de residência. Este código é atribuído por cada estado e/ou município, não fazendo parte da base nacional.
*17	OCUPAÇÃO	C(03)	Ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
*18	NATURAL	C(03)	Naturalidade, conforme a tabela de países. Se for brasileiro, porém, o primeiro dígito contém 8 e os demais o código da UF de naturalidade.
*19	INSTRUÇÃO	C(01)	Instrução, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Nenhuma 2: Primeiro grau 3: Segundo grau 4: Superior

Os campos 20 a 30, a seguir, são preenchidos para óbitos fetais ou menores de 1 ano.

CAMPO	NOME	tipo/tam	DESCRIÇÃO											
*20	OCUPPAI	C(03)	Ocupação do pai, conforme codificação de OCUPAÇÃO.											
*21	INSTRPAI	C(01)	Instrução do pai, conforme codificação de INSTRUÇÃO.											
*22	OCUPMAE	C(03)	Ocupação da mãe, conforme codificação de OCUPAÇÃO.											
*23	IDADMAE	C(02)	Idade da mãe, em anos.											
*24	INSTRMAE	C(01)	Instrução da mãe, conforme codificação de INSTRUÇÃO.											
**25	FILHVIVOS	C(02)	Número de filhos vivos. O valor zero corresponde a ignorado. Nenhum filho vivo esta codificado como XX.											
**26	FILHMORT	C(02)	Número de filhos mortos, não incluindo o próprio. O valor zero corresponde a ignorado. Nenhum filho morte esta codificado como XX.											
**27	SEMANGEST	C(01)	Semanas de gestação, conforme as tabelas abaixo :											
			<table><tr><td>Para os anos de 1979 a 1994:</td><td>Para os anos a partir de 95:</td></tr><tr><td>0: Ignorado</td><td>0: Ignorado</td></tr><tr><td>1: Menos de 20 semanas</td><td>4: Menos de 21 semanas</td></tr><tr><td>2: 20 a 27 semanas</td><td>5: 22 a 27 semanas</td></tr><tr><td>3: 28 e mais semanas</td><td>6: 28 a 36 semanas</td></tr><tr><td>Para os anos a partir de 1995:</td><td>7: 37 a 41 semanas</td></tr><tr><td></td><td>8: 42 semanas e mais</td></tr></table>	Para os anos de 1979 a 1994:	Para os anos a partir de 95:	0: Ignorado	0: Ignorado	1: Menos de 20 semanas	4: Menos de 21 semanas	2: 20 a 27 semanas	5: 22 a 27 semanas	3: 28 e mais semanas	6: 28 a 36 semanas	Para os anos a partir de 1995:
Para os anos de 1979 a 1994:	Para os anos a partir de 95:													
0: Ignorado	0: Ignorado													
1: Menos de 20 semanas	4: Menos de 21 semanas													
2: 20 a 27 semanas	5: 22 a 27 semanas													
3: 28 e mais semanas	6: 28 a 36 semanas													
Para os anos a partir de 1995:	7: 37 a 41 semanas													
	8: 42 semanas e mais													
*28	TIPOGRAV	C(01)	Tipo de gravidez, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Única 2: Dupla 3: Tríplíce 4: Mais de 3											
*29	TIPOPARTO	C(01)	Tipo de parto, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Espontâneo 2: Operatório 3: Forceps 4: Outro											
*30	PESONASC	C(04)	Peso ao nascer, em gramas.											

Os campos 31 a 48, a seguir, aplicam-se a todos os óbitos.

Campo	NOME	tipo/tam	DESCRIÇÃO
*31	ASSISTMED	C(01)	Indica se houve assistência medica, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Com assistência 2: Sem assistência
*32	ATESTANTE	C(01)	Indica o medico atestante, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Sim, atendeu ao falecido 2: Substituto 3: Instituto Medico Legal 4: Serviço de Verificação de Óbitos 5: Outro
*33	EXAME	C(01)	Indica se houve exame complementar, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Sim 2: Não
*34	CIRURGIA	C(01)	Indica se houve cirurgia, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Sim 2: Não
*35	NECROPSIA	C(01)	Indica se houve necropsia, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Sim 2: Não
**36	OBITOFE1	C(01)	Para óbitos femininos em idade fértil, indica se estava grávida no momento da morte, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Sim 2: Não

Campo	NOME	tipo/tam	DESCRIÇÃO
**37	OBITOFE2	C(01)	Para óbitos femininos em idade fértil, indica se esteve grávida nos 12 meses anteriores a morte, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Sim 2: Não
*38	CAUSABAS	C(04)	Causa básica, conforme a Classificação Internacional de Doença (CID), 9a. Revisão. Observe-se que, quando a causa básica não contiver a subcategoria de 4 algarismos, a quarta posição deve conter "X".
*39	TIPOVIOL	C(01)	Indica o tipo de violência, se cabível, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Homicídio 2: Suicídio 3: Acidente 4: Outros tipos de violência
*40	TIPOACID	C(01)	Indica o tipo de acidente, se cabível, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Atropelamento 2: Demais acidentes de trânsito 3: Queda 4: Afogamento 5: Outros tipos de acidente
**41	FONTINFO	C(01)	Fonte da informação, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Boletim de Ocorrência 2: Hospital 3: Família 4: Outro
*42	ACIDTRAB	C(01)	Indica se foi acidente de trabalho, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Sim 2: Não
*43	LOCACID	C(01)	Indica o local do acidente, se cabível, conforme a tabela: 0: Ignorado 1: Via Pública 2: Domicílio 3: Outro 4: Local de trabalho
**44	CRITICA	C(03)	Dado para controle interno.
**45	NUMEXPORT	C(03)	Dado para controle interno.
**46	CRSOCOR	C(03)	Regional de Saúde de ocorrência. Este código é atribuído por cada estado e/ou município, não fazendo parte da base nacional.
**47	CRSRES	C(03)	Regional de Saúde de residência. Este código é atribuído por cada estado e/ou município, não fazendo parte da base nacional.
**48	UFINFORM	C(02)	UF que coletou e informou o óbito, conforme classificação de UF. Este campo não faz parte dos arquivos padrões dos SIM.

Além das variáveis existentes no banco de dados, por questão de facilidade operacional para a análise, serão "criadas" novas variáveis, que nada mais são do que transformações das variáveis existentes.

Como os arquivos com os dados são em padrão DBase, para as transformações, tabulações e análise serão utilizados os programas Fox-Pró for Windows e Epi-Info.

As "novas" variáveis serão :

ANO - com os valores sendo copiados dos dois primeiros dígitos do campo DATAOBITO.

TRIÊNIO - Considerando a variabilidade natural que este tipo de ocorrência apresenta, e com o intuito de tentar suavizar esta variabilidade para permitir uma melhor visualização de tendências, foram os anos agrupados em triênios, a partir de 79, ou seja 79-80-81 ; 82-83-84 ; 85-86-87 ; 88-89-90 ; e 91-92-93. (o ano de 94 não foi selecionado, vide pg 86?)

MÊS - com os valores sendo copiados dos terceiro e quarto dígitos do campo DATAOBITO.

CID3D - com os primeiros três dígitos do campo CAUSABAS.

MUNRESGR - é uma recodificação da variável MUNIRES -Município de Residência, da seguinte forma :

1 = Residentes no município de São Paulo

2 = Residentes nos municípios da Grande São Paulo

3 = Residentes nos demais municípios do Estado de SP

4 = Não residentes no Estado de São Paulo.

5 = Município de residência. ignorado.

ESTRES - Compõe este campo os dois primeiros dígitos da variável MUNIRES, e referem-se ao Estado de residência.

CODIDADE - É o primeiro campo da variável idade e diz respeito à unidade (dia/mês/ano) de medida.

VAL_IDADE : Este campo é composto pelos segundo e terceiros dígitos da variável IDADE, apresenta a magnitude da idade.

IDADE1 - É a variável idade, agrupada por classes, conforme a apresentação abaixo :

IDADE1	IDADE1	IDADE1	IDADE1
00 a 04	15 a 19	40 a 59	100 E MAIS
05 a 09	20 a 29	60 a 79	IGNORADA
10 a 14	30 a 39	80 a 99	

Muito embora possa parecer desnecessário o desdobramento da variável idade em várias variáveis, considerando que o espaço para armazenamento do dado no caso não era problema, e que esta se fazendo uma análise exploratória do banco de dados, optamos por manter em uma estrutura permanente a variável sob várias formas para economizar tempo de processamento da variável a cada nova seleção de subconjunto a ser analisado.

OCUPGR - É uma recodificação da variável **OCUPAÇÃO**, nas seguintes categorias :

I = ocupação ignorada

S = sem ocupação

G = ocupações ligadas à agropecuária

A = ocupações de nível universitário, incluídas aí as rubricas relativas a direção e gerência de empresas.

C = ocupações claramente braçais, padrão "salário mínimo"

B = todas as demais ocupações.

O banco de dados permite várias maneiras diferentes de se apresentar os dados segundo a ocupação declarada do falecido. No caso deste trabalho, onde se tem por objetivo mostrar estas possibilidades, e que será analisado em separado uma parcela da população, que usualmente se designa como "classe média", apresentamos a nível de exemplificação uma possível maneira de se subdividir os óbitos segundo a ocupação declarada do falecido.

Com esta recodificação separa-se sob a ótica da variável ocupação os óbitos de pessoas que possam ser consideradas sem sombra de dúvida como

pertencentes à chamada "classe média" da população, em virtude da profissão informada, ou seja, o que foi denominado de categoria "A", que é a categoria de interesse neste particular do estudo.

É apresentado a seguir uma listagem com a recodificação da variável :

ocup	ocupgr	Freq	Percent
000	I	7484	13,4%
002	I	1173	2,1%
003	I	1	0,0%
004	B	296	0,5%
005	S	511	0,9%
006	S	1942	3,5%
007	S	3175	5,7%
008	S	1421	2,5%
009	I	308	0,6%
011	A	2	0,0%
012	A	1	0,0%
021	A	34	0,1%
023	A	6	0,0%
024	A	5	0,0%
025	A	1	0,0%
029	A	3	0,0%
030	B	36	0,1%
031	B	3	0,0%
032	B	2	0,0%
033	B	23	0,0%
034	B	107	0,2%
035	B	23	0,0%
036	B	10	0,0%
037	B	3	0,0%
038	B	33	0,1%
039	B	47	0,1%
040	B	62	0,1%
041	A	9	0,0%
042	A	1	0,0%
051	A	1	0,0%
052	A	1	0,0%
053	A	1	0,0%
061	A	21	0,0%
063	A	18	0,0%
067	A	12	0,0%
071	A	6	0,0%
072	B	89	0,2%
075	B	3	0,0%

ocup	ocupgr	Freq	Percent
076	B	3	0,0%
077	B	3	0,0%
079	B	5	0,0%
083	A	7	0,0%
084	B	8	0,0%
091	A	10	0,0%
092	B	2	0,0%
110	A	15	0,0%
121	A	60	0,1%
130	A	3	0,0%
131	A	2	0,0%
139	A	1	0,0%
140	B	63	0,1%
144	B	1	0,0%
149	B	14	0,0%
151	A	1	0,0%
152	A	12	0,0%
153	A	11	0,0%
159	A	10	0,0%
161	B	7	0,0%
162	B	22	0,0%
163	B	46	0,1%
170	B	1	0,0%
171	B	33	0,1%
172	B	4	0,0%
173	B	2	0,0%
174	B	2	0,0%
179	B	2	0,0%
181	B	4	0,0%
182	B	11	0,0%
189	B	2	0,0%
192	A	2	0,0%
193	A	3	0,0%
194	A	5	0,0%
196	A	7	0,0%
199	A	3	0,0%
211	A	2	0,0%
212	A	1	0,0%

ocup	ocupgr	Freq	Percent
213	A	1	0,0%
214	A	3	0,0%
230	A	108	0,2%
231	A	2	0,0%
232	A	1	0,0%
234	A	40	0,1%
239	A	1	0,0%
240	A	106	0,2%
241	A	6	0,0%
242	A	8	0,0%
243	A	26	0,0%
300	B	171	0,3%
301	B	10	0,0%
302	B	1	0,0%
309	B	2	0,0%
310	B	137	0,2%
311	B	9	0,0%
312	A	2	0,0%
313	A	3	0,0%
314	A	20	0,0%
319	B	1	0,0%
321	B	29	0,1%
323	B	27	0,0%
331	B	88	0,2%
332	B	9	0,0%
339	B	288	0,5%
342	B	63	0,1%
343	B	1	0,0%
351	B	5	0,0%
352	B	2	0,0%
353	B	3	0,0%
354	B	1	0,0%
360	B	87	0,2%
370	B	85	0,2%
380	B	12	0,0%
390	B	171	0,3%
391	B	340	0,6%
392	B	13	0,0%
393	B	538	1,0%
394	B	43	0,1%
395	B	17	0,0%

ocup	ocupgr	Freq	Percent
396	B	4	0,0%
397	B	5	0,0%
398	B	236	0,4%
399	B	1089	2,0%
410	B	2085	3,7%
421	B	44	0,1%
422	B	14	0,0%
431	B	1	0,0%
432	B	39	0,1%
440	B	16	0,0%
441	B	96	0,2%
442	B	2	0,0%
443	B	1	0,0%
451	B	2288	4,1%
452	B	404	0,7%
453	B	5	0,0%
490	B	851	1,5%
500	B	16	0,0%
520	B	1	0,0%
531	B	298	0,5%
532	B	312	0,6%
540	B	374	0,7%
541	B	3	0,0%
551	B	476	0,9%
552	C	364	0,7%
560	B	42	0,1%
570	B	193	0,3%
581	B	5	0,0%
582	B	353	0,6%
583	B	1881	3,4%
584	B	1	0,0%
589	B	66	0,1%
591	B	5	0,0%
592	B	1	0,0%
599	B	103	0,2%
600	G	6	0,0%
611	G	2	0,0%
612	G	39	0,1%
621	G	144	0,3%
632	G	2	0,0%
636	G	1	0,0%

ocup	ocupgr	Freq	Percent
641	G	14	0,0%
642	G	1	0,0%
649	G	9	0,0%
651	G	4	0,0%
664	G	1	0,0%
665	G	3	0,0%
671	G	3	0,0%
701	B	96	0,2%
711	C	10	0,0%
713	C	7	0,0%
714	B	1	0,0%
719	C	5	0,0%
721	B	2	0,0%
723	B	1	0,0%
724	B	2	0,0%
725	B	1	0,0%
726	B	3	0,0%
728	B	8	0,0%
729	B	11	0,0%
732	B	5	0,0%
733	B	1	0,0%
734	B	2	0,0%
739	B	1	0,0%
741	B	1	0,0%
743	B	1	0,0%
745	B	1	0,0%
746	B	5	0,0%
749	B	5	0,0%
752	B	6	0,0%
753	B	7	0,0%
754	B	81	0,1%
755	B	11	0,0%
756	B	96	0,2%
759	B	15	0,0%
761	B	3	0,0%
771	B	6	0,0%
773	B	7	0,0%
774	B	1	0,0%
776	B	233	0,4%
777	B	4	0,0%
778	B	2	0,0%

ocup	ocupgr	Freq	Percent
779	B	2	0,0%
790	B	2	0,0%
791	B	87	0,2%
794	B	5	0,0%
795	B	17	0,0%
796	B	125	0,2%
797	B	1	0,0%
799	B	26	0,0%
801	B	98	0,2%
802	B	8	0,0%
803	B	3	0,0%
811	B	342	0,6%
812	B	1	0,0%
820	B	3	0,0%
831	B	9	0,0%
832	B	69	0,1%
833	B	285	0,5%
834	B	10	0,0%
835	B	31	0,1%
836	B	3	0,0%
839	B	224	0,4%
840	B	57	0,1%
841	B	6	0,0%
842	B	35	0,1%
843	B	37	0,1%
844	B	1	0,0%
845	B	94	0,2%
846	B	975	1,7%
849	B	56	0,1%
850	B	399	0,7%
851	B	2	0,0%
852	B	4	0,0%
854	B	7	0,0%
855	B	22	0,0%
856	B	6	0,0%
857	B	5	0,0%
859	B	14	0,0%
861	B	6	0,0%
862	B	5	0,0%
870	B	63	0,1%
871	B	192	0,3%

ocup	ocupgr	Freq	Percent
872	B	179	0,3%
873	B	370	0,7%
880	B	35	0,1%
890	B	1	0,0%
891	B	17	0,0%
892	B	5	0,0%
893	B	2	0,0%
895	B	3	0,0%
902	B	161	0,3%
903	B	3	0,0%
910	B	4	0,0%
920	B	146	0,3%
921	B	33	0,1%
922	B	39	0,1%
924	B	7	0,0%
925	B	4	0,0%
926	B	21	0,0%
927	B	1	0,0%
929	B	10	0,0%
930	C	1149	2,1%
931	B	37	0,1%
939	B	219	0,4%
940	B	41	0,1%
941	B	1	0,0%
949	B	1	0,0%
951	C	2124	3,8%
952	C	116	0,2%
953	B	4	0,0%
954	B	350	0,6%
955	B	149	0,3%
957	B	63	0,1%

ocup	ocupgr	Freq	Percent
959	B	31	0,1%
962	B	338	0,6%
969	B	3	0,0%
971	C	171	0,3%
972	B	6	0,0%
973	B	16	0,0%
974	B	5	0,0%
979	B	23	0,0%
980	B	2	0,0%
981	B	2	0,0%
982	B	6	0,0%
983	B	11	0,0%
985	B	2721	4,9%
986	B	12	0,0%
987	B	7	0,0%
989	B	4	0,0%
990	B	140	0,3%
991	B	220	0,4%
992	B	296	0,5%
993	B	161	0,3%
994	B	168	0,3%
995	B	17	0,0%
996	B	209	0,4%
997	B	18	0,0%
998	B	42	0,1%
999	C	10230	18,3%

3.4 Geração do banco de dados.

A geração de um sub-banco específico por um usuário, a partir do CD-ROM elaborado pelo Ministério da Saúde, é extremamente simples de ser feita, mesmo por pessoas não habituadas ao trabalho com microcomputadores.

Para tanto, primeiro deve-se instalar os programas do CD-ROM no microcomputador em que se pretende trabalhar.

Entre os programas a ser instalados, há um utilitário denominado APPENDA, bastante amigável de se trabalhar para o usuário, e que gera o arquivo desejado.

O procedimento de geração de um arquivo com os dados desejados pelo usuário, compõe-se de 4 etapas, que serão apresentadas a seguir :

Primeira etapa :

Além da apresentação do programa, aparecem 5 (cinco) campos que devem ser preenchidos pelo usuário, a saber :

1º - Letras iniciais dos arquivos a anexar : p.ex. **DOI**, significando que todos os arquivos cujos nomes comecem por DOI, devem ser pesquisados.

2º - Extensão , no caso **DBC**, significando que os arquivos são arquivos tipo DBase, comprimidos.

3º - Temp ? Se o arquivo a ser gerado será temporário ou não, cujas opções são sim ou não. No caso **N** significando que o arquivo não deve ser temporário. A opção por arquivo temporário seria no caso de apenas se desejar gerar por exemplo algumas tabelas, sem maiores consequências, não se necessitando mais do arquivo após a elaboração das tabelas.

4^o - Este quarto campo a ser preenchido, pede o caminho para se encontrar os arquivos desejados. O CD-ROM contém três diretórios, um com óbitos fetais, um segundo com óbitos segundo residência e um terceiro - que é o que interessa a este trabalho - com óbitos segundo Unidade da Federação que informou o óbito. No caso, o caminho para se encontrar os arquivos desejados será o drive onde se encontra o CD mais o diretório, ou seja **D:\DOINF**

5^o - Finalmente, é solicitado um nome para o arquivo de saída, isto é, um nome para o arquivo onde serão gravados os dados solicitados pelo usuário. Por exemplo, no presente trabalho, em um microcomputador que possuía um diretório chamado TESE, solicitou-se que os dados fossem gravados em um arquivo denominado SPHOM.DBF, assim o preenchimento completo do campo ficou : **C:\TESE\SPHOM.DBF.**

Em seguida ao preenchimento deste campo, coloca-se o cursor sobre a opção **<EXECUTA>** .(Ver Anexo1)

Segunda etapa

Ao solicitar a opção executa da etapa anterior, aparece uma nova tela, que contém dois quadros, um em cada metade da tela.

No da metade esquerda, aparecem os nomes de todos os arquivos que comecem com as iniciais definidas na etapa anterior. Deve-se escolher entre eles quais os que deverão ser pesquisados. Para tanto basta colocar o cursor sobre o nome desejado e apertar "ENTER", repetindo o processo para cada arquivo que se queira selecionar.

Existe ainda, que foi o caso deste trabalho, a opção <TODOS> de se escolher todos os arquivos, significando que todos os arquivos listados deverão ser pesquisados.

Em seguida, para que se possa passar para a terceira etapa, seleciona-se a opção <CAMPOS>. (Ver Anexo2)

Terceira etapa

Nesta etapa, uma vez definidos quais arquivos de dados deverão ser pesquisados, deve-se definir quais campos desses arquivos serão copiados para o arquivo destino das informações.

O programa abre a opção de se coletar todas ou apenas algumas das variáveis existentes no banco de dados.

Desta forma, é perfeitamente possível montar-se um arquivo apenas com as variáveis de interesse, e não com todos os campos. Esta opção é extremamente importante e útil, quando se tem problema quanto ao espaço de armazenamento das informações, evitando assim espaços inúteis, ocupados com informações que não irão ser utilizadas.

A forma de se escolher os campos, é a mesma da etapa anterior relativa aos arquivos, colocando-se o cursor por sobre o nome do campo desejado e apertando a tecla "ENTER". Neste caso também existe, a opção [X] TODOS, que foi a escolhida neste trabalho, selecionando todos os campos de cada arquivo.

Após este procedimento, tem-se duas opções, ou inicia-se imediatamente a geração do arquivo selecionando-se a opção <EXECUTA>, ou solicita-se ao programa a possibilidade de impor condições sob as quais se quer gerar o arquivo, escolhendo-se a opção <FILTRO> (Ver Anexo3).

No presente trabalho, caso se solicitasse a opção <EXECUTA>, o programa iria copiar, segundo as solicitações das etapas anteriores, em um único arquivo, TODA a base de dados de mortalidade, isto é, TODOS os arquivo do diretório DOINF, de 1979 a 1995, de todos os estados !!! É desnecessário mostrar o quanto esta opção é perigosa. Quase que certamente, qualquer que fosse o microcomputador, muito provavelmente a operação seria interrompida no meio do caminho com a mensagem de disco cheio, e o usuário teria bastante trabalho até recomeçar do zero o procedimento de geração do arquivo solicitado. (ver observações no item 4.2.8)

O correto no caso, é selecionar a opção <FILTRO>, que ira permitir que sejam determinadas as condições sob as quais os dados serão gerados.

Quarta etapa

Nesta etapa, deve-se determinar quais serão os filtros ou restrições para que cada um dos registros de cada arquivo venham ou não pertencer ao arquivo destino, que esta sendo gerado pelo usuário.

O programa permite a determinação de até dez filtros ou restrições. A determinação de cada filtro é feita em três etapas :

1ª - Escolha de uma variável ou campo, por exemplo **MUNIOCOR**

2ª - Escolha de um operador lógico, por exemplo =

3ª - Escolha de valores de referência para serem utilizados com o operador lógico, por exemplo **3550308** que é o código referente ao Município de São Paulo.

Após terminar a escolha, seleciona-se a opção <EXECUTA> para iniciar-se o processo de geração do arquivo, ou opta-se por determinar mais um filtro.

É importante observar, que no caso de mais de um filtro, eles serão ligados entre si com expressões <E> / <OU>, entendidas no sentido lógico dos termos de simultaneidade ou não.

No presente trabalho, o arquivo sobre homicídios ocorridos no Município de São Paulo, foi gerado com o seguinte filtro :

MUNIOCOR = '3550308' .and. CAUSABAS>'9599' .and. CAUSABAS<'9700' que gerou um arquivo com óbitos ocorridos no município de São Paulo, informados por qualquer Unidade da Federação, e que tiveram como causa básica de óbito, causas com código da CID entre 9600 e 9699, ou seja, pertencentes ao agrupamento dos homicídios. (Ver Anexo4)

Foi também gerado um segundo arquivo, para ser somado a este, com o seguinte filtro para o município de ocorrência :

MUNIOCOR > '3579000' .and. MUNIOCOR < '3600000' mantendo as mesmas restrições para causa básica. Isto porque alguns óbitos para São Paulo,

segundo a documentação do sistema no arquivo ESTRARQ.DOC, teriam como codificação não o município de ocorrência, mas sim o bairro dentro deste município, devendo estes dados serem agregados aos primeiros. (ver comentários em 4.2.7)

3.5 Análise dos dados

Para as apurações de freqüência e tabelas necessárias na análise dos dados, bem como para a geração das novas variáveis, foi utilizado o programa para micro computador EPI-INFO, versão 6.04, produzido pelo Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC) de Atlanta, Geórgia, Estados Unidos, em conjunto com a Organização Mundial da Saúde, Genebra, Suíça, que é de domínio público.

Ainda que de uma forma indireta pretendemos verificar a hipótese sobre aumento dos homicídios nas classes mais favorecidas que será feito através das variáveis ocupação e grau de instrução.

Ao verificar o nível de aumento de homicídios em profissionais de nível universitário e em executivos pode-se de forma indireta confirmar ou não a hipótese em questão.

Também em relação à hipótese sobre a população de baixa renda, a parte menos favorecida da população, e mais exposta às violências, que antes

morava na periferia do município, hoje uma parte dela mora na periferia da Grande São Paulo, nos chamados "municípios dormitório" ao redor da capital.

Assim, ao se analisar os óbitos pela variável município de residência, acreditamos poder deste modo, detectar um aumento dos óbitos ocorridos no Município de São Paulo de não residentes especialmente de residentes na Grande São Paulo nos chamados "municípios dormitórios", também neste caso, verificando a distribuição de frequência das variáveis INSTRUÇÃO e OCUPGR.

Em suma, pretendemos testar as hipóteses levantadas, apenas utilizando as tabulações a nível de frequências simples e cruzadas das variáveis disponíveis no banco de dados.

IV. Resultados

Considerando que o objetivo maior deste trabalho é utilizando como objeto de estudo Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, apresentar maneiras pouco utilizadas de se explorar os dados, além de se fazer uma crítica do banco de dados do SIM-MS.

Vamos apresentar os resultados encontrados neste trabalho em duas partes básicas, uma relativa aos resultados numéricos das estatísticas vitais em si, e outra relacionada com o banco de dados, independentemente de resultados numéricos.

Porém, antes de verificarmos as hipóteses levantadas, apresentamos um perfil geral dos homicídios ocorridos no Município de São Paulo, no período de 1979 a 1994.

Durante o início da década de 80, houve um grande acréscimo na ocorrência de homicídios, que poderíamos qualificar como uma "epidemia". Este aumento, aparentemente tende a se estabilizar em novos níveis, a partir do início da década de 90. (Tabela 3)

Tabela 3

Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo ano de ocorrência, 1979 a 1994.

Ano	Freq.	Percent.	Ano	Freq.	Percent.
79	1180	2,1	87	4045	7,3
80	1724	3,1	88	3711	6,7
81	2030	3,6	89	4432	7,9
82	2060	3,7	90	4584	8,2
83	2981	5,3	91	4850	8,7
84	3669	6,6	92	4416	7,9
85	3577	6,4	93	4423	7,9
86	3653	6,5	94	4444	8,0

Constata-se que aproximadamente um em cada cinco óbitos por homicídio é de pessoa não residente no município. Dois terços dos homicídios ocorre com pessoas solteiras, sendo que menos de 7% das vítimas é do sexo feminino. Outro dado marcante é que os homicídios atingem em cheio a força de trabalho da população, com quatro em cada cinco óbitos pertencendo à faixa etária 15 a 40 anos, ou seja, a idade mais produtiva de uma pessoa. (84% dos óbitos tendo menos de 40 anos) (Tabelas 4 a 7)

Tabela 4 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo local de residência, 1979 a 1994.

Local de residência	Freq.	Percent.
Mun. São Paulo	45314	81,2
Grande São Paulo	5133	9,2
Estado de SP	4739	8,5
Não res. no est.SP	231	0,4
Resid. ignorada	362	0,6

Tabela5 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo estado civil, 1979 a 1994.

Estado Civil	Freq.	Percent.
Ignorado	4666	8,4
Solteiro	35550	63,7
Casado	13363	24,0
Viuvo	603	1,1
Separado jud.	770	1,4
Outro	827	1,5
Total	55779	100,0

Tabela 6 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo sexo, 1979 a 1994.

Sexo	Freq.	Percent.
Masculino	51913	93,1
Feminino	3866	6,9
Total	55779	100,0

Tabela 7 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo faixa etária, 1979 a 1994.

Idade	Freq.	Percent.
00 A 04	218	0,4
05 A 09	159	0,3
10 A 14	732	1,3
15 A 19	10051	18,0
20 A 29	24118	43,2
30 A 39	12027	21,6
40 A 59	7024	12,6
60 A 79	999	1,8
80 A 99	71	0,1
100 e mais	2	0,0
ignorada	378	0,7
total	55779	100,0

Em relação ao local de ocorrência do óbito, enquanto apenas 5% é dado como sendo no domicílio, aproximadamente dois terços ocorreram em hospital, o que talvez denote a existência de tentativa de socorro. Considerando que tal ocorre no município de São Paulo, que possui grande número de hospitais e pronto socorros, tal fato não é de se estranhar. (Tabela 8)

Tabela 8 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo local de ocorrência, 1979 a 1994.

Local de ocorrência	Freq.	Percent
Ignorado	68	0,1
Hospital	36712	65,8
Via pública	12085	21,7
Domicílio	2812	5,0
Outro	4102	7,4
Total	55779	100,0

Contata-se com relação à ocupação, que apenas 1% dos falecidos tem ocupações no grupo classificado como de nível universitário ou de direção/gerência de empresa, sendo o mesmo observado quanto ao nível de instrução universitário, com também apenas 1% dos óbitos informados como sendo deste nível. (Tabelas 9 e 10)

Mesmo em se considerando que não é grande a parcela mais diferenciada da população, a chamada classe média, esta com certeza é mais de 1% da população, o que de certa forma indica que a violência em sua consequência extrema, homicídio, deve ser maior entre os mais desfavorecidos.

Tabela 9 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo grau de instrução, 1979 a 1994.

Grau de Instrução	Freq.	Percent
Ignorado	6696	12,0
Nenhuma	1801	3,2
Primeiro grau	45264	81,1
Segundo grau	1448	2,6
Superior	570	1,0
Total	55779	100,0

Tabela 10 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo grupos de ocupação, 1979 a 1994.

Ocupação	Freq.	Percent
Nível univ.	604	1,1
Trabalho braçal	14176	25,4
Agropecuária	229	0,4
ocup. Ignorada	8966	16,1
Sem ocupação	7049	12,6
Demais ocupações	24755	44,4
Total	55779	100,0

Um resultado teoricamente não esperado, é que alguns óbitos, talvez por falha no preenchimento, ou por erro no sistema (codificação/digitação), ou talvez até espelhando a realidade, apresentam como atestante do óbito, as opções SVO ou médico, quando em tese, principalmente por tratar-se de ocorrências no Município de São Paulo, 100% deveriam apresentar IML como atestanto o óbito. (Tabela 11)

Além desses casos observou-se óbitos por homicídio, ocorridos no Município de São Paulo, e informados por outros estados, o que nos leva a crer, que devem ter sido registrados nestes estados. (Tabela 12)

Tabela 11 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo médico atestante 1979 a 1994.

Médico atestante	Freq.	Percent.
Ignorado	544	1,0
Sim, atendeu ao falecido	37	0,1
Substituto	216	0,4
IML	54907	98,4
SVO	64	0,1
Outro	10	0,0
Total	55778	100,0

Tabela 12 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo UF-informante, 1979 a 1994.

UF-Informante	Freq.	Percent
Ceará	2	0,0
RGNorte	1	0,0
Paraíba	1	0,0
Alagoas	1	0,0
Bahia	1	0,0
São Paulo	55773	100,0
Total	55779	100,0

4.1 Resultados observados em relação às hipóteses levantadas

Após uma apresentação geral do perfil dos homicídios ocorridos no Município de São Paulo, de 1979 a 1994, serão apresentados os resultados encontrados no banco de dados, em relação às hipóteses que foram levantadas sobre algumas particularidades dos homicídios ocorridos no Município de São Paulo de 1979 a 1994.

4.1.1 Homicídios na chamada "classe média"

Utilizando-se somente as informações disponíveis no banco de dados para testar a hipótese a) de aumento dos homicídios na chamada "classe média"; trabalhou-se com duas variáveis básicas, ou seja, grau de instrução e ocupação, que de uma forma indireta permitirão determinar se as pessoas pertencem ou não à chamada "classe média".

Para grau de instrução, considerou-se apenas o nível universitário (valor 4) e quanto à ocupação, utilizando a recodificação feita para esta variável, consideraremos apenas as classificadas como "A", ou seja de nível universitário ou de direção ou gerência de empresa.

Ao selecionar-se as pessoas segundo estes dois critérios, em relação ao total de homicídios observados no período, a ocupação classificada como "A" representa apenas 1.1% dos óbitos (604 casos) e grau de instrução universitário 1.0% ou 570 casos. Considerando uma ou outra alternativa obteve-se 886 pessoas, ou 1.6% dos homicídios.

É interessante de se observar neste caso, a coerência entre os dados sobre ocupação agrupada (relativos à classe média, nível A) e os dados sobre nível de instrução (categoria superior), ambos com aproximadamente 1% dos casos, sendo que a maior parte desses óbitos preenche os dois quesitos. (Tabelas 9 e 10).

Acreditamos que ao preencher pelo menos um desses quesitos, pode-se classificar a pessoa como pertencendo à denominada "classe média".

Aí está um exemplo, que pode ser aprimorado, de como podemos conseguir outras informações que não as clássicas idade/sexo/causa, no banco de dados de mortalidade.

Ainda com relação a estas duas variáveis, um indicador da pouca utilização destas informações, ao nosso ver, é o fato de existir 12.0% (6696) de ignorado quanto à instrução e 16.1% (8966) quanto à ocupação, o que de certo modo denota algum descaso quanto ao preenchimento deste campos, visto que não há um único caso ignorado quanto a sexo, apenas 0.7% (378) quanto à

idade e 0.1% (68) quanto ao local de ocorrência do óbito. (Tabelas 4,5,7,8,9 e 10).

Para analisar a evolução dos homicídios nesta classe, de 1979 a 1994, foram feitas duas comparações entre o total de homicídios e os ocorridos nesta classe. A primeira, ano a ano e uma segunda considerando-se períodos de três anos, a partir de 1979 (exceto para 94), isto, para se tentar diminuir um pouco a variabilidade inerente a observações deste tipo.

Pelos resultados observados, percebe-se que em relação ao início da década de 80, os últimos anos tem maior peso na classe média do que no total da população.

Tabela 13 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo ano de ocorrência e classe social, 1979 a 1994.

Ano	Total		Classe média	
	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.
79	1180	2,1	26	2,9
80	1724	3,1	16	1,8
81	2030	3,6	28	3,2
82	2060	3,7	30	3,4
83	2981	5,3	44	5,0
84	3669	6,6	68	7,7
85	3577	6,4	42	4,7
86	3653	6,5	40	4,5
87	4045	7,3	63	7,1
88	3711	6,7	59	6,7
89	4432	7,9	70	7,9
90	4584	8,2	79	8,9
91	4850	8,7	84	9,5
92	4416	7,9	66	7,4
93	4423	7,9	65	7,3
94	4444	8,0	106	12,0
Total	55779	100,0	886	100,0

Tabela 14 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo triênio de ocorrência, 1979 a 1994.

Triênio	Freq.	Percent.
79-80-81	4934	9,6
82-83-84	8710	17,0
85-86-87	11275	22,0
88-89-90	12727	24,8
91-92-93	13689	26,7
Total	51335	100,0

Tabela 15 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, de pessoas classificadas como classe média, segundo triênio de ocorrência, 1979 a 1994.

Triênio	Freq.	Percent.
79-80-81	70	9,0
82-83-84	142	18,2
85-86-87	145	18,6
88-89-90	208	26,7
91-92-93	215	27,6
Total	780	100,0

Sabemos que este segmento da população, no período analisado, ou manteve-se na mesma proporção, ou diminuiu - no caso de admitirmos que houve recessão econômica, porém, não acreditamos ser plausível supor que houve uma melhora significativa nas condições de vida da população nesse período, (de trabalho, distribuição de renda), no Município de São Paulo, a ponto de se poder supor que houve um aumento significativo daqueles que integram a chamada classe média. Assim, mesmo sem termos informações sobre o tamanho desta classe na população, não é difícil de se supor que houve um aumento significativo dos homicídios na chamada "classe média", não só em termos absolutos como também em coeficiente.

A confirmar este raciocínio, constata-se que 54% dos óbitos nessa classe ocorreram nos últimos 6 anos contra 46% nos primeiros 9 anos do período em questão. Mais ainda, comparando-se o triênio inicial com o final, 79 a 81 contra 91 a 93, observa-se um aumento de 177% (de 4934 para 13689 óbitos) nas ocorrências para a população como um todo, contra 207% (de 70 para 215 óbitos) para a classe média.

4.1.2 Homicídio dos residentes na Grande São Paulo

Considerando os residentes na Grande São Paulo como um todo, e fazendo o mesmo tipo de comparação feita no item anterior, não foi possível de se observar o aumento que era esperado pela hipótese b) ou seja do aumento dos homicídios ocorridos no Município de São Paulo de residentes na Grande São Paulo.

Tabela 16 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo ano de ocorrência e local de residência, 1979 a 1994.

Ano	Total		Res. Grande S.Paulo	
	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.
79	1180	2,1	131	2,6
80	1724	3,1	163	3,2
81	2030	3,6	209	4,1
82	2060	3,7	205	4,0
83	2981	5,3	271	5,3
84	3669	6,6	350	6,8
85	3577	6,4	333	6,5
86	3653	6,5	341	6,6
87	4045	7,3	431	8,4
88	3711	6,7	375	7,3
89	4432	7,9	440	8,6
90	4584	8,2	398	7,8
91	4850	8,7	401	7,8
92	4416	7,9	360	7,0
93	4423	7,9	358	7,0
94	4444	8,0	367	7,1
Total	55779	100,0	5133	100,0

Tabela 17 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo triênio de ocorrência, 1979 a 1993.

Triênio	Freq.
79-80-81	4934
82-83-84	8710
85-86-87	11275
88-89-90	12727
91-92-93	13689
Total	51335

Tabela 18 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, de pessoas residentes na Grande São Paulo, segundo triênio de ocorrência, 1979 a 1993.

Triênio	Freq.
79-80-81	503
82-83-84	826
85-86-87	1105
88-89-90	1213
91-92-93	1119
Total	4766

Porém, há que se considerar que nem todos os municípios da Grande São Paulo podem ser considerados como "cidades dormitório". Deste modo, observou-se a evolução para cada município em separado, nestes anos.

Tabela 19 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, segundo Município de Residência e triênio de ocorrência, 1979 a 1993.

Município de Residência \ Triênio	79/81	82/84	85/87	88/90	91/93	Total
Arujá	2	1	1	8	6	18
Barueri	12	21	25	21	28	107
Biritiba Mirim	0	1	0	0	1	2
Caieiras	0	2	8	4	10	24
Cajamar	3	1	3	3	7	17
Carapicuíba	33	46	75	44	52	250
Cotia	4	19	13	20	20	76
Diadema	32	57	95	141	122	447
Embu	21	57	94	119	120	411
Embu-Guaçu	3	6	9	9	12	39
Ferraz de Vasconcelos	7	11	21	19	28	86
Francisco Morato	2	6	4	10	23	45
Franco da Rocha	2	9	5	22	12	50
Guarulhos	79	125	146	142	133	625
Itapecerica da Serra	14	26	36	50	46	172
Itapevi	16	21	24	30	14	105
Itaquaquecetuba	13	19	25	34	41	132
Jandira	7	13	7	7	8	42
Juquitiba	0	1	0	0	0	1
Mairiporã	4	4	6	5	2	21
Mauá	12	28	41	56	28	165
Mogi das Cruzes	5	4	8	4	13	34
Osasco	135	169	197	172	107	780
Pirapora do Bom Jesus	0	2	0	0	1	3
Poá	9	7	16	6	13	51
Ribeirão Pires	3	5	3	5	6	22
Rio Grande da Serra	0	3	0	1	1	5
Santa Isabel	2	0	1	2	1	6
Santana de Parnaíba	1	2	2	4	4	13
Santo André	18	44	52	79	50	243
São Bernardo do Campo	19	25	43	62	70	219
São Caetano do Sul	9	14	23	27	26	99
Suzano	1	8	11	13	16	49
Taboão da Serra	35	68	109	91	97	400
Vargem Grande Paulista	0	1	2	3	1	7
Sub-total	503	826	1105	1213	1119	4766
munic. São Paulo	3902	6982	9094	10171	11123	41272
outras localidades	529	902	1076	1343	1447	5297
Total	4934	8710	11275	12727	13689	51335

Realmente, se nada permite supor que tenha havido para os residentes na Grande São Paulo, um aumento diferenciado do ocorrido no geral, para alguns

municípios em especial, tais como Embu, Francisco Morato, Itapeverica da Serra, entre outros, é marcante o incremento observado nos homicídios de residentes nestes municípios, ocorridos em São Paulo. (Tabela 19)

Por outro lado, o aumento ocorrido em si só, serve como indicador , principalmente ao se analisar os municípios de forma individual, do movimento migratório ocorrido, com o crescimento das "cidades dormitórios".

Para uma análise mais precisa deste tópico, deveria haver também uma discussão calcada na base populacional de cada município, o que foge ao escopo deste trabalho.

No entanto, caracteriza-se neste caso a falta de informações sobre a população, que bem poderia ao nosso ver estar disponível juntamente com as informações sobre mortalidade.

Um segundo fator a ser destacado, é que a proporção de pessoas com grau de instrução universitário entre os residentes na GSP (0.7%) é bem menor do que o observado para o todo. Também a proporção de

trabalhadores "braçais" - categoria "C", na classificação agrupada, (28.2%) é maior do que o observado para o todo (25.4%). Estes dados podem ser considerados como um indício do suposto pela hipótese b) com relação à migração de parte da população para os municípios dormitórios na periferia de São Paulo.

Tabela 20 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, de residentes na Grande São Paulo segundo grau de instrução, 1979 a 1993.

Grau de Instrução	Freq.	Percent
Ignorado	207	4,0
Nenhuma	163	3,2
Primeiro grau	4595	89,5
Segundo grau	130	2,5
Superior	38	0,7
Total	5133	100,0

Tabela 21 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, de residentes na Grande São Paulo, segundo grupos de ocupação, 1979 a 1993.

Ocupação	Freq.	Percent
Nível univ.	60	1,2
Trabalho braçal	1447	28,2
Agropecuária	39	0,8
ocup. Ignorada	394	7,7
Sem ocupação	630	12,3
Demais ocupações	2563	49,9
Total	5133	100,0

4.1.3 Homicídios em crianças e adolescentes

Ao se analisar a ocorrência de homicídios segundo a idade, constata-se de imediato que na faixa menor de um ano, codidade entre 1 e 3 (horas, dias, meses), essa ocorrência manteve-se estável em valores absolutos, com a variabilidade própria do fenômeno, o que nos faz deduzir, em função do crescimento da população no período, que a nível de coeficiente houve na verdade uma diminuição.

Tabela 22 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, segundo ano de ocorrência e magnitude da idade, 1979 a 1994.

ANO	Ignorado	Horas	Dias	Meses	Anos	mais de 100 anos	Total
79	-	-	2	2	1176	-	1180
80	-	3	-	7	1714	-	1724
81	1	1	3	5	2020	-	2030
82	1	2	1	6	2050	-	2060
83	9	4	-	4	2964	-	2981
84	7	2	-	5	3654	1	3669
85	15	3	-	4	3555	-	3577
86	29	1	1	2	3620	-	3653
87	24	-	-	6	4015	-	4045
88	21	-	1	3	3686	-	3711
89	22	1	-	3	4406	-	4432
90	25	-	-	-	4559	-	4584
91	74	-	-	4	4772	-	4850
92	65	1	-	4	4346	-	4416
93	47	2	-	5	4368	1	4423
94	38	-	1	2	4403	-	4444
Total	378	20	9	62	55308	2	55779

Já nas faixas etárias de 10 a 14 e de 15 a 19, o crescimento médio neste período de mais 3 vezes (acima de 400%), mostra bem o aumento da importância dos homicídios nestas idades, visto que com certeza as respectivas populações não cresceram nesta proporção.

Tabela 23 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, segundo faixa etária e triênio de ocorrência, 1979 a 1993.

Faixa etária\ Triênio	79/81	82/84	85/87	88/90	91/93	Total
00 a 04	37	51	42	41	38	209
05 a 09	18	23	26	46	33	146
10 a 14	49	108	194	172	169	692
15 a 19	731	1422	2321	2371	2446	9291
20 a 29	2102	3731	4805	5573	5905	22116
30 a 39	1099	1894	2211	2717	3103	11024
40 a 59	783	1241	1404	1491	1588	6507
60 a 79	111	205	188	229	208	941
80 a 99	3	17	16	19	12	67
100 e +	-	1	-	-	1	2
Ign	1	17	68	68	186	340
Total	4934	8710	11275	12727	13689	51335

Especificamente com relação à faixa etária 15 a 19 anos, ao compararmos a distribuição da variável grau de instrução, mesmo levando-se em conta que não se espera nível superior nestas idades, observa-se uma proporção bem menor de nível colegial (1.6%) nesta faixa etária (Tabela 24), do que no geral (2.6) (Tabela 9).

Levando-se em conta que nesta faixa etária, os jovens já deveriam estar no segundo grau, ou colegial, - nível 3 da variável, este fato pode ser considerado como um indicador indireto de um menor nível socio-econômico nesta faixa.

Já com relação a ocupação, ocorre algo semelhante. com a ocupação "C", trabalho braçal, apresentando uma proporção maior nesta faixa etária (Tabela 25) do que no todo (Tabela 10), o que novamente nos leva a crer que nesta faixa etária os homicídios se dão em maior escala nas camadas menos favorecidas da população.

Tabela 24 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo de pessoas da faixa etária 15 a 19 anos, segundo grau de instrução, 1979 a 1994.

Grau de Instrução	Freq.	Percent
Ignorado	664	6,6
Nenhuma	229	2,3
Primeiro grau	8994	89,5
Segundo grau	158	1,6
Superior	6	0,1
Total	10051	100,0

Tabela 25 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo de pessoas da faixa etária 15 a 19 anos, segundo grupos de ocupação, 1979 a 1994.

Ocup	Freq.	Percent.
Nível univ.	8	0,1
Trabalho braçal	2974	29,6
Agropecuária	31	0,3
ocup. Ignorada	1199	11,9
Sem ocupação	2700	26,9
Demais ocupações	3139	31,2
Total	10051	100,0

4.1.4 Homicídio no sexo feminino

Ao se analisar a evolução dos homicídios ocorridos no período, para o sexo feminino, os dados aparentemente não parecem validar o que foi suposto. Porém cabe a observação de que a população flutuante de não residentes do sexo feminino, deve ser menor do que a do sexo masculino, o que talvez ajude a explicar o constatado.

Tabela 26 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, de mulheres, segundo ano de ocorrência, 1979 a 1994.

Ano	Freq.	Percent.	Ano	Freq.	Percent.
79	116	3,0	87	262	6,8
80	157	4,1	88	230	5,9
81	158	4,1	89	326	8,4
82	177	4,6	90	280	7,2
83	234	6,1	91	373	9,6
84	244	6,3	92	249	6,4
85	234	6,1	93	287	7,4
86	244	6,3	94	295	7,6

Tabela 27 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo, de mulheres, segundo triênio de ocorrência, 1979 a 1993.

Triênio	Freq.	Percent.
79-80-81	431	12,1
82-83-84	655	18,3
85-86-87	740	20,7
88-89-90	836	23,4
91-92-93	909	25,5
Total	3571	100,0

Há porém, um dado que chama a atenção, qual seja a, distribuição de Freqüências das variáveis instrução e ocupação, que diferem de forma razoável das observadas para o todo.

Com relação ao nível de instrução observa-se que nos dois extremos - sem instrução e nível universitário - há uma maior proporção de óbitos do que no total.

Quanto à ocupação, destaca-se o fato de 48 (1855) ser colocada na categoria "sem" ocupação. Destas 1406 estão colocadas na rubrica "Dona de Casa" .

Neste caso tem-se a dúvida sobre se este campo - ocupação - no caso de mulheres, está sendo preenchido adequadamente, ou por se tratar de óbito do sexo feminino, de uma maneira geral coloca-se "Dona de Casa" .

Acreditamos que tal constatação denota um problema gerencial do sistema, que trabalha pouco ou não trabalha esta variável. É entretanto inegável, a importância da utilização de dados para que estes sejam consistentes. Informações levantadas e não utilizadas, dificilmente conseguem apresentar boa qualidade.

Tabela 28 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo de mulheres, segundo grau de instrução, 1979 a 1994.

Grau de Instrução	Freq.	Percent.
Ignorado	447	11,6
Nenhuma	283	7,3
Primeiro grau	2940	76,0
Segundo grau	117	3,0
Superior	79	2,0
Total	3866	100,0

Tabela 29 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo de pessoas da faixa etária 15 a 19 anos, segundo grupos de ocupação, 1979 a 1994.

Ocupgr	Freq.	Percent.
Nível univ.	43	1,1
Trabalho braçal	250	6,5
Agropecuária	5	0,1
ocup. Ignorada	685	17,7
Sem ocupação	1855	48,0
Demais ocupações	1028	26,6
Total	3866	100,0

4.1.5 Intervenção Legal

Os códigos constantes deste agrupamento, pode-se dizer que não são utilizados pelo sistema em São Paulo. Diz-se isto, em função do observado, visto que apenas em dois anos, foram utilizados, sendo que a quase totalidade, em 1992.

No entanto, no passado estes códigos já foram mais utilizados, como pode ser verificado abaixo :

Tabela 30 Óbito por Intervenção Legal, Município de São Paulo segundo ano de ocorrência.

Ano	Freq.
1960	1
1965	2
1970	28
1975	59

Fonte : (Mello Jorge, 1979) ¹²

É de se supor que os óbitos relativos a 1992, devem ter ocorrido no episódio conhecido como "o massacre do Carandiru", no qual segundo noticiou a imprensa, faleceram 111 presidiários.

Um dado fortalece esta suposição, o fato de todos os 108 óbitos informados como ocorridos em 1982, terem a variável DATAOBITO preenchida com o valor

"921000", ou seja, como tendo ocorrido em outubro de 1992. O que não deixa de ser curioso, é o fato de terem ocorrido 111 óbitos segundo a imprensa e encontrarmos no sistema 108.

Tabela 31 Óbitos por Intervenções Legais ocorridos no Município de São Paulo segundo ano de ocorrência.

Ano	Freq	Percent.
79	6	5,3
92	108	94,7
Total	114	100,0

Em virtude do observado, ou seja, da não utilização dos códigos que dizem respeito a Intervenção Legal a nível rotineiro pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade, gostaríamos de levantar a seguinte questão sobre o uso destes códigos:

Considerando a existência dos códigos na Classificação Internacional de Doenças - CID e ;

Considerando ainda que em todo o território nacional, em maior ou menor escala, e não apenas em São Paulo, existe o problema das ocorrências quase que diárias de choques entre policiais - civis e militares, e supostos infratores das leis penais, resultando em mortes;

Acreditamos que seja de extrema importância para a sociedade a utilização dos códigos de causa básica de óbito - Intervenção Legal, nestes casos de confronto entre uma autoridade constituída e a população é de interesse para a sociedade, poder quantificar estas ocorrências ocorridas em confronto entre autoridades constituídas no exercício de sua função e populares.

Não custa lembrar, que o Instituto Médico Legal tem esta informação, e raramente a transfere para a declaração de óbito. (Mello Jorge, 1979)¹²

Quanto ao argumento de que na verdade se trata de homicídios, e portanto, se estaria "diminuindo" artificialmente as estatísticas de homicídios deste modo, não custa lembrar que hoje em dia não mais existe dificuldade operacional para que os dados sejam agrupados ou desmembrados conforme a conveniência de análise.

Assim, teríamos assegurado a quantificação de um evento que cada dia mais é motivo de preocupação para a sociedade.

Um outro fato curioso com relação a estes casos, é que apenas 34 dos óbitos tiveram codificados a variável ocupação com o código 007 - presume-se detento

- tendo todos os demais recebidos códigos muito provavelmente de suas ocupações anteriores à prisão.

(Tabela 31)

Tabela 32 Óbitos por Intervenções Legais ocorridos no Município de São Paulo segundo ocupação, 1979 e 1992..

Ocup	Freq	Percent	Ocup	Freq.	Percent	Ocup	Freq	Percent.
000	19	16,7	583	2	1,8	922	1	0,9
005	4	3,5	599	1	0,9	930	2	1,8
006	1	0,9	621	1	0,9	939	1	0,9
007	34	29,8	754	1	0,9	951	3	2,6
033	1	0,9	776	1	0,9	955	1	0,9
038	1	0,9	811	1	0,9	971	1	0,9
391	1	0,9	839	1	0,9	985	1	0,9
393	1	0,9	846	2	1,8	992	2	1,8
399	1	0,9	850	1	0,9	993	1	0,9
451	5	4,4	902	2	1,8	994	1	0,9
490	1	0,9	920	1	0,9	999	17	14,9

Nota : Ocup.= código da Classificação Brasileira de Ocupações

4.1.6 Lesões em que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas.

Ao se analisar a ocorrência da causa básica a nível de 3 dígitos, para este agrupamento e para os homicídios, verifica-se que é bastante aceitável a proporção observada de casos ignorados se acidental ou intencional, principalmente relativos a armas de fogo e instrumentos cortantes e perfurantes, onde em ambos os casos, a ocorrência dos casos ignorados equivale a aproximadamente 3 do volume observado para homicídios. (tabela 32 e 33)

Assim sendo, parece bastante razoável supor que este agrupamento não está interferindo de modo significativo nas estatísticas sobre homicídios.

Tabela 33 Óbitos por Lesões em que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas, ocorridos no Município de São Paulo segundo categorias da CID, 1979 a 1994..

Categoria CID	79-81	82-84	85-87	88-90	91-93	Total
Envenenamento por substâncias sólidas ou líquidas em que se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	38	36	39	21	26	160
Envenenamento por outros gases do qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	3	10	6	2	-	21
Lesão por enforcamento ou estrangulamento da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	27	30	32	42	30	161
Lesão por submersão [afogamento] da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	94	66	44	16	5	225
Lesão por armas de fogo e explosivos da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	32	26	92	215	138	503
Lesão por instrumento cortante ou perfurante da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	5	5	11	27	22	70
Lesão devida a queda de lugar elevado da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	2	-	1	3	-	6
Lesão por outros meios e os não especificados da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	1260	797	1265	1219	1812	6353
Efeitos tardios de lesão da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligido	2	4	1	2	3	12
Total	1463	974	1491	1547	2036	7511z

Tabela 34 Homicídios ocorridos no Município de São Paulo segundo categorias da CID, 1979 a 1994.

Categoria CID	79-81	82-84	85-87	88-90	91-93	Total
Luta, briga e violação	7	3	-	-	-	10
Envenenamento intencional provocado por outra pessoa	2	-	1	1	4	8
Homicídio por estrangulamento e enforcamento	39	70	58	78	86	331
Homicídio por submersão [afogamento]	1	9	14	5	4	33
Ataque com armas de fogo ou explosivos	862	1779	3212	3865	4493	14211
Ataque com instrumentos cortantes e penetrantes	288	376	473	603	722	2462
Síndrome da criança espancada ["batetered child"] e outras formas de maus tratos	3	-	1	1	-	5
Ataques por outros procedimentos especificados e pelos não especificados	3732	6471	7514	8173	8379	34269
Efeitos tardios de lesão infligida intencionalmente por outra pessoa	-	2	2	1	1	6
Total	4934	8710	11275	12727	13689	51335

4.2. Problemas encontrados com o banco de dados

Ao iniciarmos a coleta dos dados e posteriormente a análise dos mesmos, nos deparamos com alguns pequenos problemas, conceituais uns e operacionais outros, que se por um lado em hipótese alguma invalidam as informações contidas no CD-ROM, por outro, acreditamos que devem ser corrigidos, com o intuito de se melhorar ainda mais o que já é muito bom.

A seguir passaremos a descrever os problemas encontrados no banco de dados, durante este trabalho.

4.2.1 Acidente de trabalho

Uma das variáveis a que nos dispusemos a analisar era a Ocupação do falecido.

Pelas normas da CID, incorporadas pelo SIM-MS, homicídio não é considerado como acidente. O óbito de uma pessoa provocado por outra, quando considerado como intencional, é classificado como homicídio, descartando-se o caráter "acidental" do mesmo.

Por outro lado, o sistema prevê em um campo da Declaração de Óbito, a informação se houve ou não um **"Acidente do Trabalho"** no caso de morte não natural, ou seja de causa externa.

Ocorre que a palavra **"Acidente"** no caso específico de acidente de trabalho, tem uma conotação diversa da considerada pela Classificação Internacional de Doenças - CID, adotada pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade do MS.

Enquanto que para o SIM-MS, **"Acidente"** é algo não intencional, fortuito, no caso de acidente de trabalho significa o ocorrido durante o exercício da profissão, não especificando se ou não causado por terceiros, bem como se de forma intencional ou não.

A Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, em seu artigo 21, inciso II é bastante específica, e clara, afirmando que **se equipara ao acidente de trabalho** para efeitos da lei :

"II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho em consequência de :
..... b) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo, praticado por terceiro ou companheiro de trabalho"

Deste modo, um meliante ao assassinar um policial durante um assalto, esta cometendo um homicídio, porém, em relação ao policial no exercício de sua profissão, este óbito é considerado como um acidente de trabalho. No sistema de mortalidade, certamente aparecerá o óbito por homicídio, mas não especificado como **"acidente de trabalho"**, muito embora pela legislação brasileira tenha sido um **"acidente de trabalho"**.

Nos óbitos por homicídio ocorridos no Município de São Paulo, entre 1979 e 1993, deparamo-nos com um número expressivo de ocorrências em algumas profissões que certamente uma parcela considerável foi no exercício da profissão, e portanto um "Acidente de Trabalho".

Como exemplo citamos policiais e seguranças (códigos 581 a 589 da Classificação Brasileiras de Ocupações) - 2306 óbitos no período, e motoristas (código 985) - 2721 óbitos no período, quase que certamente em grande parte dos casos, os primeiros morreram ao enfrentar assaltantes e no segundo caso ao serem assaltados. (ver páginas 43 e 45)

Estas profissões estão entre as primeiras no "ranking" das mais Freqüentes em homicídios, com certamente um número expressivo desses óbitos tendo ocorrido no exercício da profissão, porém passando ao largo a informação quanto ao "acidente de trabalho".

Acreditamos ser o caso de se rever esta norma, e passar-se a considerar **Acidente de Trabalho**, quando for o caso, toda causa externa, independentemente do tipo assim considerado na Classificação Internacional de Doenças - acidente, suicídio, homicídio, etc.

Deste modo, por exemplo, um homicídio de um motorista de taxi, no exercício de sua profissão, seria codificado como homicídio, **e também como** Acidente de trabalho.

Com esta modificação, pode-se passar a ter uma fonte de dados sobre acidentes de trabalho até mais abrangente do que a oficial do governo federal, através da Fundacentro, pois em tese passa-se a ter também informações de acidentes não cobertos pela previdência oficial.

4.2.2 Unidade da Federação (UF) Informante.

Existem dois modos básicos e excludentes de se analisar dados de mortalidade : segundo local de residência do falecido ou segundo local de ocorrência do óbito.

Os dados sobre óbitos não fetais contidos no CD-ROM do MS, estão dispostos em dois diretórios, um arquivo por ano para cada estado, sendo que em um diretório estão os dados agrupados segundo estado de residência, e no outro diretório os dados agrupados segundo a unidade da federação que informou o óbito.

Acreditamos não fazer o menor sentido, a não ser por facilidade de quem construiu o CD-ROM - porém não para o usuário, essa maneira de apresentação dos dados segundo UF-informante.

Ao se necessitar de dados por ocorrência para um município, estado ou região, é necessário que se pesquise **TODO** o país para o ano em questão pois, muito embora não devesse ocorrer, o fato é que existem óbitos ocorridos em um estado e que são informados por outra unidade da federação, muito provavelmente em função de ter sido o corpo transladado para enterro na cidade de

origem do falecido, e de neste local ter sido registrado o óbito, ainda que contrariando a legislação pertinente.

O fato é que os resultados mostram que existe um número não desprezível de casos onde isto ocorre.

Deste modo, seria bastante razoável que os dados fossem apresentados por UF de residência e por UF de ocorrência, para os dados considerados como definitivos pelo Ministério da Saúde, e por UF-informante, variável cujo interesse maior é para os administradores do sistema, e não para os usuários, apenas no caso de se tratar de dados provisórios, ainda não consolidados e conferidos pelo Sistema.

Haveriam assim, três e não dois diretórios de dados. Seria uma forma de se atender não só às necessidades operacionais do sistema, como também de se facilitar a vida do usuário.

4.2.3 Arquivo para São Paulo - 1994 - UF - Informante.

Ao analisar o resultado dos dados para o ano de 1994, causou-nos enorme estranheza a constatação de que não havia no arquivo UF-INF. para SP, um único óbito de não residente no Estado sendo informado para este ano.

Considerando que são dados provisórios, fica claro que algum problema houve com a informação, porém, considerando ainda a magnitude do erro, **nenhum óbito de não residente no estado**, acreditamos ser até prejudicial à credibilidade do sistema, tornar disponível dado com este tipo de problema, onde claramente aconteceu algo grave na manipulação dos dados para geração do arquivo. Não foram simplesmente pequenos erros de codificação e ou digitação ou ainda de preenchimento de DO, comum em um alto volume de informações, e sim algo que extrapola as pequenas e conhecidas falhas que existem em qualquer sistema deste tipo, em se tratando de dados provisórios.

Em função do ocorrido, os dados para este ano de 1994 devem ser encarados com restrição.

4.2.4 Residentes no exterior.

Por uma decisão que acreditamos ser simplesmente administrativa e comodista, uma parte das informações, embora diminuta, foi banida do Banco de Dados, como se não existisse. De fato, este procedimento é descrito quando da apresentação da variável MUNIRES - Município de Residência. (ver item 3.3, página 34)

Trata-se dos óbitos ocorridos no país de não residentes no Brasil, ou seja, de pessoas que residiam no exterior, mas que em viagem pelo país vieram a falecer no Brasil. Estes deveriam ser informados com o código pertinente de cada país, no campo da variável Município de Residência.

De 1979 a 1992, este óbitos simplesmente desapareceram, como se não houvessem ocorrido.

Não conseguimos imaginar onde esta a dificuldade em se gerar um arquivo por ano para residentes no exterior, tal qual é feito para residentes em cada UF da Federação.

Da mesma forma, quando fosse o caso, deveria haver um arquivo por ano, para óbitos de brasileiros ocorridos fora do país, isto se os arquivos fossem por UF de ocorrência e não por UF informante.

Muito embora o volume destes óbitos seja mínimo em relação ao todo, eventualmente pode-se ter interesse específico se por exemplo estivermos estudando óbitos por causa externa ocorridos com turistas ou outros estrangeiros que estejam temporariamente no país.

Acreditamos que seria o caso de se recuperar estas informações e inclui-las em uma próxima versão do CD-ROM, o que é perfeitamente possível.

4.2.5 O código 007 da Classificação de Ocupações.

Dos 55779 homicídios ocorridos no Município de São Paulo e informados ao SIM, no período de 1979 a 1994, ao serem classificados segundo a Ocupação da vítima, pode-se observar que a ocupação que aparece com a terceira maior Frequência de ocorrência é a 007, com 5.7 dos casos, ou 3175 óbitos.

Ocorre que o código 007 engloba as seguintes rubricas :

Incapacitados	Inválidos	Asilados
Detentos	e	Aposentados

Ora, até é possível de se entender que do ponto de vista estrito do exercício de uma atividade profissional estes cinco grupos de pessoas possam vir a ser agrupados como semelhantes, portanto em um mesmo código, porém, ao se analisar uma causa de óbito como homicídio, não nos parece que aposentados e detentos possam ser classificados sob o mesmo código.

Neste caso, existe uma claríssima e descabida distorção da informação, quando um grupo de altíssimo risco para esta causa - **detentos** - é agrupado com outros cujo risco é seguramente muito menor.

Tal fato nos parece uma grande falha nesta classificação de ocupações, merecendo ser repensado este código.

4.2.6 Classificação abreviada para Ocupação.

A título de sugestão, acreditamos que seria de bastante utilidade para os usuários do sistema que o SIM apresentasse uma sugestão de Classificação Abreviada de Ocupação, além da lista de três dígitos, da mesma forma como faz com a causa de óbito, onde apresenta mais de uma forma de se agrupar a informação.

Isto poderia estimular os usuários a utilizar a variável ocupação, visto que no nível de detalhe em que é apresentada, torna-se muito difícil sua utilização em qualquer análise.

Considerando-se que um dos papéis do MS no caso é justamente o de incentivar e normatizar o uso das informações, e considerando ainda que uma maior utilização de um dado, sabe-se que normalmente leva à melhoria de sua qualidade, a sugestão de uma ou mais "short lists" para ocupação, acreditamos ser realmente necessária, para facilitar a utilização desta variável em pesquisas sobre mortalidade.

Assim, a título de exemplificação, apresentamos a seguir uma outra maneira de se separar os dados segundo a ocupação declarada do falecido, diretamente ligada à forma como a Classificação Brasileira de Ocupações é constituída.

Tabela 35 Óbitos por homicídios ocorridos no Município de São Paulo, segundo ocupação e triênio de ocorrência.

Ocupação \ Triênio	79-81	82-84	85-87	88-90	91-93	Total
Trab. das profissões científicas, técnicas e artísticas.	56	156	165	240	234	851
Membros dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, funcionários públicos superiores e diretores de empresas	5	23	29	48	41	146
Trab. de serviços administrativos	169	532	741	904	983	3329
Trab. de comércio	401	943	1094	1303	1574	5315
Trab. de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento e segurança	322	680	904	1011	1149	4066
Trab. agropecuários, florestais e da pesca	13	36	55	54	53	211
Trab. da produção industrial, operadores de máquina, condutores de veículos	915	2150	2828	3447	3395	12735
Trab. não classificados em outra parte, de ocupação mal definida ou sem ocupação conhecida	3028	4107	5389	5661	6216	24401
Membros das Forças Armadas	25	83	70	59	44	281
Total	4934	8710	11275	12727	13689	51335

Nota : Esta maneira de agrupar as profissões foi retirada de : Bordini, E.B.T. e Abreu, S.F.A. Estimativas da reincidência criminal segundo estratos ocupacionais e categorias criminais. *Temas IMESC. Soc. Dir, Saúde.* São Paulo. 2(1):11-29.1985

4.2.7 Os município de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Existe para estes três municípios uma peculiaridade quanto aos códigos utilizados para as variáveis MUNIRES e MUNIOCOR, referentes respectivamente a município de residência e município de ocorrência do óbito, que merece mais que apenas um comentário à parte, mas também um alerta para os usuários do banco de dados de mortalidade.

Ocorre que para estes três casos, além do código do município, determinado pelo IBGE e utilizado pelo sistema, existem ainda outros códigos relativos não ao município como um todo, mas ao bairro/região deste município, para codificar tanto ocorrência como residência do falecido, sendo esta codificação mais detalhada pois informa não apenas o município, mas também o bairro ou região do município.

Deste modo, os eventos ocorridos e codificados no município, podem em vez de ter o código do município, receber um código relativo a um bairro/região do mesmo nos dois campos citados.

Tal fato é relatado como uma observação no arquivo de documentação sobre a estrutura da base de dados.

Acreditamos ser isto muito pouco. Por se tratar da Capital do país e das duas maiores cidades do Brasil, acreditamos que deveria haver um destaque maior para este fato, um alerta mais evidente para os usuários. Isto porque, ao se gerar um arquivo sobre qualquer uma dessas três cidades, seja por ocorrência, seja por residência, o usuário pode, ao não estar alertado sobre estes códigos, deixar de levantar uma parte dos dados, obtendo assim dados parciais e incompletos.

Mesmo para usuários com bom nível de conhecimento sobre o sistema, acreditamos que não seja difícil de que isto venha a acontecer. O ideal seria que a observação sobre este caso, constasse da capa do CD, juntamente com a apresentação do mesmo. Se não a descrição completa do que ocorre, pelo menos uma chamada que alertasse o usuário para este fato levando-o a ler a observação completa no arquivo de documentação sobre a estrutura da base de dados.

Entretanto, muito embora o caso acima relatado de fato ocorra com relação a por exemplo Brasília, não ocorreu na prática com relação a São Paulo.

Com o filtro sobre bairros (o segundo filtro utilizado para MUNIOCOR), foram pesquisados os 414 arquivos relativos a UF informante de 1979 a 1995, para todos os Estados, sem que um único registro fosse encontrado com a codificação de bairro ao invés da de município, para óbitos ocorridos no Município de São Paulo.

Considerando que a codificação para todo o Estado de São Paulo é feita pela Fundação SEADE, qualquer que seja o tipo de óbito, não faz o menor sentido supor que apenas nos casos de homicídio não estejam utilizando o código relativo a bairros.

Assim sendo, é mais fácil supor que muito embora tais códigos já estejam previstos no sistema, até 1994 ainda não foram de fato implantados. Por esse motivo, sugerimos que da documentação do sistema conste as datas efetivas de inclusão e modificação de cada variável.

4.2.8 Informações sobre tamanho de arquivo.

Considerando o tamanho do banco de dados sobre mortalidade, e todas as possibilidades de geração de sub-bancos existentes, e considerando também a qualidade da documentação existente, sentimos falta em uma informação que pode ser extremamente útil aos usuários, qual seja, o tamanho de cada arquivo.

Esta informação é de fundamental importância para poder se determinar como se ira gerar o arquivo de interesse, bem como se será o não possível gera-lo de uma só vez, em função do espaço que se tenha disponível no equipamento em que se estiver trabalhando.

Não haveria grandes dificuldades de se constar da documentação uma tabela de dados com as seguintes informações :

Nome do arquivo //Tamanho do arquivo comprimido//
Número de registros//Tamanho do arquivo expandido.

Com estas informações é possível a um usuário fazer estimativas do tamanho final que ficará o arquivo que está sendo gerado.

4.2.9 Diferenças existentes entre MS e FSEADE.

Ao comparar os dados obtidos, de 1987 a 1992 na Fundação SEADE com os obtidos para o mesmo período no CD-ROM, notamos uma diferença sistemática a menor entre 2 e 3 por cento do total. (Tabela 35)

Tabela 36 Óbito por Homicídio ocorridos no MSP segundo fontes de informação para os anos de 1987 a 1992.

Ano	Fontes		Diferença em %*
	MS	FSEADE	
1987	4045	4105	1,5
1988	3711	3757	1,2
1989	4432	4543	2,4
1990	4584	4714	2,8
1991	4850	4959	2,2
1992	4416	4538	2,7

* 100 = MS

Podemos até imaginar o motivo desta diferença, ou seja, os prazos estabelecidos pelo MS para "fechar" e publicar os anuários de mortalidade. Pelo menos esta deve ser a alegação oficial.

Considerando que no ano seguinte a FSEADE continua a atualizar seu banco de dados com as DO's "retardatárias" de alguns cartórios mais os óbitos ocorridos ao final do ano, seria conveniente que também o Ministério fizesse pelo menos uma atualização a

posterior, independentemente de prazo para fechamento do anuário.

Esta atualização poderia entrar nas novas versões do CD-ROM, não havendo razão a nosso ver para que informações existentes, conhecidas e processadas sejam omitidas.

Especificamente em relação ao Estado de São Paulo, considerando-se a magnitude das diferenças observadas, esta atualização poderia ser realizada, levando-se em conta os dados desde 1979.

Com os atuais recursos de computação hoje disponíveis, inclusive as novas variáveis que hoje constam do banco, e que já existiam para São Paulo na FSEADE, poderiam sem grandes dificuldades serem incorporadas ao SIM-MS.

Há que se verificar se também não seria o caso em estados como o Rio Grande do Sul, que também processam seus dados de mortalidade, de se realizar a mesma atualização. Acreditamos firmemente que a realização de tal manutenção no banco de dados, trata-se muito mais de haver vontade política de se melhorar os dados disponíveis do que de dificuldades técnicas a impedir que seja feito.

4.2.10 Possível problema de cobertura no Sistema de Mortalidade.

Um fato chamou bastante a atenção ao se iniciar a análise dos dados de mortalidade por homicídio ocorridos no município de São Paulo, qual seja, a "estabilização" do número de ocorrências de homicídios a partir de 1992. (ver Tabela 3)

Observa-se um acréscimo bastante forte, de um padrão "epidêmico", de 1979 a 1991. Porém, a partir de 1992 há uma aparente "estabilização" no número das ocorrências.

Por tudo o que se sabe, amplamente divulgado pela imprensa, a violência urbana, que tem nos homicídios seu extremo, se apresenta de maneira bastante exacerbada na cidade de São Paulo com, segundo a imprensa, constantes aumentos, nos últimos anos

Porém, não é o que nos é apresentado pelas estatísticas retiradas do banco de dados de mortalidade, seja do Ministério da Saúde, seja da FSEADE, pois em ambos os casos se pode observar a "estabilização" no número de ocorrências entre 1992 e 1994.

Desse modo, ficamos com a seguinte indagação : terão as ocorrências de homicídios parado de crescer, estando errada a forma de abordagem do assunto pela imprensa, ou há algum problema com a coleta de dados pelo sistema ?

Em relação a possível problema com a coleta de dados, considerando que não houve nenhuma alteração no sistema neste período, só conseguimos encontrar um fato relevante acontecido exatamente neste período.

A partir do início da década de 90, foi implantado no município de São Paulo, um sistema paralelo de estatísticas de mortalidade.

Considerando que a estabilização destes dados coincide com o início das atividades desse sistema paralelo acreditamos merecer este fato uma cuidadosa investigação.

4.2.11 Publicação de Causas Externas por Ocorrência.

Considerando as atuais facilidades a nível computacional, gostaríamos de sugerir que nos próximos anuários de mortalidade do Ministério da Saúde, além de tudo o que é hoje publicado, fosse incluído nos mesmos moldes das tabelas hoje apresentadas para as Causa Externas, tabulações segundo ocorrência do óbito.

Tais tabulações, principalmente para as capitais das unidades da federação seriam sem sombra de dúvida de grande utilidade para os estudiosos do assunto e para os administradores de serviços de saúde.

Não é difícil, caso haja vontade de fazê-lo, inclusive a elaboração de um volume, com dados de 1979 a 1993, apenas com as Causas Externas por ocorrência, o que completaria a publicação hoje existente.

4.2.12 Dados populacionais.

Considerando a qualidade dos dados existentes neste banco e a riqueza das informações, acreditamos que já esta a merecer também a criação de um banco de dados populacionais, para permitir aos usuários uma melhor utilização dos dados de mortalidade disponíveis.

As possibilidades de análise hoje existentes com estes dados, esbarram muitas vezes na ausência de informações sobre população, informações essas necessárias para o cálculo de taxas e coeficientes, e nem sempre fáceis de se conseguir.

Estas informações sobre população, poderiam estar disponibilizadas em um segundo CD-ROM com os dados de cada município, nem que fosse apenas dos anos censitários, apresentando também modelos para interpolação dos dados.

Seria sem sombra de dúvida de grande valia para todos os usuários do sistema.

V. Considerações finais e Conclusões.

A utilização dos dados de mortalidade sobre homicídios ocorridos no Município de São Paulo, permitiu de uma forma bastante clara levantarmos alguns problemas existentes no banco de dados e no sistema como uma todo, a saber :

1. A não codificação de acidente de trabalho em homicídios.
2. Constituição de arquivos por UF-informante e não por UF de ocorrência.
3. Arquivo para São Paulo em 1994 com problema de codificação ou incompleto.
4. Ausência de óbitos de residentes no exterior.
5. Inadequação de um código de ocupação (007) da Classificação Brasileira de Ocupações.
6. Ausência de sugestões para classificação agrupada da variável ocupação.
7. Ausência de uma informação dada como disponível para São Paulo (por bairro) e falta de documentação adequada para Brasília e Rio de Janeiro, relativa à mesma informação.

8. Ausência de informação sobre o tamanho dos arquivos e número de registros.
9. Inexistência de atualização posterior do banco de dados, realizada a nível estadual e não a nível nacional.
10. Possível problema de cobertura ou coleta a partir da década de 90.
11. Inexistência de publicações por ocorrência.
12. Inexistência de informações sobre população.

Convém entretanto lembrar que dada a qualidade dos procedimentos adotados pelo Subsistema de Informações sobre Mortalidade, tem-se garantido um mínimo de confiabilidade nas informações, porém é no nível estadual que se deve ficar atento não só à quantidade como à qualidade dos dados coletados, pois o SIM-MS é apenas um agente consolidador das informações geradas a nível estadual.

Deste modo, o que foi visto para São Paulo, vale de forma genérica para todo o banco, em virtude da homogeneidade de tratamento dos dados, feita a ressalva de que aspectos específicos podem ficar prejudicados em função de uma menor cobertura ou em função da existência de altos percentuais de ignorado em algumas variáveis.

Estes, são apenas alguns aspectos levantados sobre pontos específicos do Banco de Dados, que longe de descaracterizar ou desvalorizar o sistema, tem como único objetivo a sua melhoria, visto que todos os pontos levantados, dizem respeito mais a questões de caráter operacional que ao nosso ver podem ser de fácil solução nos dias de hoje.

Vale ressaltar, que apenas a utilização de estatísticas descritivas, tabulações simples das variáveis existentes, foi o suficiente para se detectar os problemas, o que por outro lado ressalta a qualidade das informações disponíveis, e a facilidade de sua utilização, sendo possível apenas com a utilização destes dados fazer análises de vários tipos, não se necessitando para tanto de obtenção de dados primários.

Quanto às hipóteses que foram levantadas, confirmando a qualidade do banco de dados, todas elas puderam ser convenientemente testadas, sendo que o fato de virem ou não a ser confirmadas é decorrência do estudo e não da qualidade do sistema ou do banco de dados.

BIBLIOGRAFIA

1. BELL.CC, JENJINS EJ. Community violence and children on Chicago's south side.1993-Feb, 56 (1): 46-54.
2. BETZZ, P. EISENMENGER-W. Homicide of a supervisor simulating an occupational accident. Arch Krivoil, 1992. Nov.Dec. 190 (5-6): 151-5.
- 3.CENTRO BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS (OPS/OMS/MS/USP) - Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito: 9a Revisão, 1975. São Paulo 1980.
- 4.CENTRO BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS (OPS/OMS/MS/USP) - Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito: 10a Revisão, Edusp, São Paulo. 1995.
5. COSTA JR, M.L. - Anos Potenciais de Vida Perdidos, Município de São Paulo, década de 70. São Paulo, 1987. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Saúde Pública/USP).
6. HARGRAVE, D.R., WAMER D.P. A study of Child homicide over two decades Med Sci Law. 1992: Jul; 32(3): 247-50.
7. LAURENTI, R. Causas múltiplas de Morte. São Paulo, 1973 (Tese de Livre Docência, apresentada à Faculdade de Saúde Pública/USP).
8. LESTER D.; MOTOHASHI, T.; YANG, B. The impact of the economy on suicide and homicide rates in Japan and United States. Int.J. Soc. Psychiatry. 1992. Winter 38 (4) 314-7.
9. LORION, R.P. SALTERMAN, W. Childrens exposure to community violence following a path from concern to research to action. Psychiatry. 1993 - Feb 56 (1): 55-65.
- 10.MACMAHOUN, B. & PUGH,T.F. - Epidemiology, principles and methods. Boston, Little, Brown, 1970.
11. MEECHAN, P.S. O'CARROLL - P.W., Gangs, drugs and homicide in Los Angeles Am. J.Pis Child. 1992 - Jun , 146 (6): 683 - 7.

12. MELLO JORGE, M.H.P. - Mortalidade por causas violentas no Município de São Paulo. São Paulo, 1979 (Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública/USP).
13. MELLO JORGE, M.H.P. - Mortalidade por causas violentas no Município de São Paulo, IV - a situação em 1980. Revista de Saúde Pública, São Paulo, 16: 19-41, 1982.
14. MELLO JORGE, M.H.P. - Mortes Violentas m menores de 15 anos no Brasil. Bol. Oficina Sanit. Panam., 100 (6): 590-606, 1986. Jun. - Tab.
15. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Manual de Instruções para o Preenchimento da Declaração de Óbito, Brasília, 1985.
16. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Manual de Instruções para o Preenchimento da Planilha de Codificação da Declaração de Óbito, Brasília, 1987.
17. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Classificação de Ocupações para o Subsistema de Informações sobre a Mortalidade, Brasília, 1987.
18. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Estatísticas de Mortalidade - Brasil 1979 a 1993, Centro de documentação do Ministério da Saúde.
19. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, SNABS, Divisão Nacional de Epidemiologia - DNE, Sistema de Informações sobre Mortalidade: 1979 a 1986, Brasília, BIREME, OPAS/OMS, fev. 1990 em (CD-ROM).
20. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Fundação Nacional de Saúde, Datasus. Sistema de Informações sobre Mortalidade, 1979-1995 , março 1996 em (CD-ROM).
21. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE- Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito: 7a Revisão, 1955. Washington, 1959..

22. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE- Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito: 8a Revisão, 1965. Washington, 1969..
23. RICHTERS, J.E. Community violence and childrens development : toward a research agenda, for the 1990 Psychiatry. 1973 - Feb. 56 (1) 3-6.
24. SILVA, S., OATES R.K. Childhomicide - The extreme of child abuse. Med. J.H., Aust. 1993. Mar.1; 158 (5): 300-1.
25. SORENSON, S.B., RICHARDSON ,B.A., PETERSON, J.G. Race/ethnicityni patterns in the homicide of children in Los Angles, 1980. Am. J. Public. Health, 1993. - May 83 (5): 725 -7.
26. YUNES, J. , RAJS, D. Tendencia de la mortalidad por causas violentas en la poblacion general y entre los adolescentes y jovenes de la region de las Americas. Cad. Saúde Pública, 10 (supl.1) : 88-125, 1994.

MINISTERIO DA SAUDE

APPENDA
UTILITARIO EXTRATOR/ANEXADOR

Versao 3.2

O utilitario permite a escolha de varios arquivos DBF/LZH/ZIP/ARJ/DBC a serem anexados (e estrutura deve ser identica) e a escolha dos campos que farao parte do novo arquivo. Os arquivos LZH/ZIP/ARJ/DBC serao descompactados pelos programas LHA/PKUNZIP/ARJ/EXPDBF, que deverao estar disponiveis no disco do usuario e relacionados no path.

Letras iniciais dos arquivos a anexar: Extensao: Temp? Caminho para encontrar os arquivos a anexar: Nome dp arquivo de saida:

<EXECUTA> <CANCELAR> <BROWSE>

DATASUS

0 Inclua o caminho e omita a extensao. Ex: c:\saida

10:29:52 am

MS/FNS/DATASUS

EXTRATOR DE ARQUIVO

20/11/96

Arquivos a escolher :

->

Arquivos escolhidos :

DOIAC79.DBC
DOIAC80.DBC
DOIAC81.DBC
DOIAC82.DBC
DOIAC83.DBC
DOIAC84.DBC
DOIAC85.DBC
DOIAC86.DBC
DOIAC87.DBC
DOIAC88.DBC
DOIAC89.DBC
DOIAC90.DBC
DOIAC91.DBC

< TODOS >

<CAMPOS>

<CANCELA>

ESCOLHA O ARQUIVO COM SETA P/ BAIXO E ENTER

10:30:47 am

MS/FNS/DATASUS	EXTRATOR DE ARQUIVO	20/11/96
<p>Campos a escolher : -> Campos escolhidos :</p>		
<div><div>1 DO</div><div>2 CARTORIO</div><div>3 REGISTO</div><div>4 DATAREG</div><div>5 TIPOBITO</div><div>6 DATAOBITO</div><div>7 ESTCIVIL</div><div>8 SEXO</div><div>9 DATANASC</div><div>10 IDADE</div><div>11 LOCOCOR</div><div>12 CODIGO</div><div>13 MUNIOCOR</div><div>14 MUNIRES</div></div>	<div>[X] TODOS</div> <div><EXECUTA></div> <div><FILTRO></div> <div><CANCELA></div>	<div></div>

POSICIONE NO CAMPO E DUPLO CLICK OU DIGITE SEU NUMERO E ENTER

10:33:57 am

FORMACAO DO FILTRO

OBITOFE2
CAUSABAS

<

'9700'

< E >

< OU >

TIPO DO CAMPO
(C-char/N-num):

C

<EXECUTA >

<CANCELA >

< VOLTA >

Filtro: ATENCAO: Escolha no maximo 10 filtros!

MUNIOCOR - '3550308' .AND. CAUSABAS > '9599' .AND. CAUSABAS <
'9700'

Somente para campos tipo Num ou Char

ANEXO 5

Cod.	Profissão
001	PESSOAS EM BUSCA DE SEU PRIMEIRO EMPREGO
002	TRABALHADORES DE OCUPACAO NAO IDENTIFICADA
003	TRABALHADORES QUE NAO DECLARAM A OCUPACAO
004	MILITARES
005	DESOCUPADOS, DESEMPREGADOS
006	ESTUDANTES
007	INVALIDOS, INCAPACITADOS, ASILADOS, DETENTOS, APOSENTADOS
008	DONAS DE CASA
011	QUIMICOS
012	FISICOS
019	QUIMICOS, FISICOS E TR. ASSEMBL. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
021	ENGENHEIROS CIVIS E ARQUITETOS
022	ENGENHEIROS DE OPERACOES E DESENHISTAS INDUSTRIAIS
023	ENGENHEIROS ELETRICISTAS E ENGENHEIROS ELETRONICOS
024	ENGENHEIROS MECANICOS
025	ENGENHEIROS QUIMICOS
026	ENGENHEIROS METALURGICOS
027	ENGENHEIROS DE MINAS E GEOLOGOS
028	ENGENHEIROS DE ORGANIZACAO E METODOS
029	ENGENHEIROS E ARQUITETOS E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
030	TECNICOS DE CONTABILIDADE, ESTATISTICA E ECONOMIA DOMESTICA
031	TECNICOS DE BIOLOGIA, AGRONOMIA E TR. ASSEMBL.
032	TECNICOS DE MINERACAO, METALURGIA E GEOLOGIA
033	TECNICOS DE EDIFICACOES, AGRIMENSURA, ESTRADAS E SANEAMENTO E ASSEMBL.
034	TECNICOS DE ELETRICIDADE, ELETRONICA E TELECOMUNICACOES
035	TECNICOS DE MECANICA
036	TECNICOS DE QUIMICA E TR. ASSEMBL.
037	TECNICOS TEXTIS
038	DESENHISTAS TECNICOS
039	TECNICOS E DESENHISTAS TECN. E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
040	ANALISTAS, LABORATORISTAS E TECNICOS SEM ESPECIFICACAO
041	PILOTOS DE AVIACAO COMERCIAL, NAVEGADORES, MEC. DE VOO E TR. ASSEMBL.
042	OFICIAIS DE BORDO, PILOTOS E TR. ASSEMBL. (NAVEG. MARIT. E INTERIOR)
043	OFICIAIS MAQUINISTAS (NAVEGACAO MARITIMA E INTERIOR)
051	BIOLOGISTAS E TRABALHADORES ASSEMBLADOS
052	BACTERIOLOGISTAS, FARMACOLOGISTAS E TR. ASSEMBL.
053	ENGENHEIROS AGRONOMOS
061	MEDICOS
063	CIRURGIOS-DENTISTAS
065	MEDICOS-VETERINARIOS E TR. ASSEMBL.
067	FARMACEUTICOS
068	NUTRICIONISTAS E TRABALHADORES ASSEMBLADOS
071	ENFERMEIROS
072	PESSOAL DE ENFERMAGEM (EXCETO ENFERMEIROS)
074	PARTEIRAS E OBSTETRIZES
075	ORTOPTISTAS E OPTICOS
076	TERAPEUTAS

Cod.	Profissão
081	ESTATISTICOS
082	MATEMATICOS E ATUARIOS
083	ANALISTAS DE SISTEMAS
084	PROGRAMADORES DE COMPUTADOR
091	ECONOMISTAS
092	TECNICOS EM ADMINISTRACAO
110	CONTADORES
121	ADVOGADOS
129	JURISTAS NAO CLASSIF. OUT. EPIGRAFES
130	PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR SEM ESPECIFICACAO
131	PROF. DE DISCIPLINAS PEDAGOGICAS DE ENS. SUP.
132	PROF. DE CIENCIAS FISICAS E QUIMICAS DE ENSINO SUPERIOR
133	PROF. DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
134	PROF. DE MATEMATICAS, ESTATISTICA E CIENCIAS AFINS DE ENS. SUPERIOR
135	PROF. DE CIENCIAS ECONOMICAS, ADMINIST. E CONTAB. ENS. SUPERIOR
136	PROF. DE CIENCIAS HUMANAS DE ENSINO SUPERIOR
137	PROF. DE CIENCIAS BIOLOGICAS E MEDICAS DE ENS. SUPERIOR
138	PROF. DE LINGUAS E LITERATURAS DE ENSINO SUPERIOR
139	PROF. DE ENS. SUP. NAO CLASSIF. SOB EPIGRAFES
140	PROFESSORES MONITORES OU INSTRUTORES SEM ESPECIFICACAO
141	PROF. DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU
142	PROF. DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
143	PROF. DE ENSINO PRE-ESCOLAR
144	PROF. E INSTRUTORES DE FORMACAO PROFISSIONAL
145	PROF. DE ENSINO ESPECIAL
149	PROF. NAO CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
151	ESCRITORES E CRITICOS
152	JORNALISTAS E REDATORES
153	LOCUTORES E COMENTARISTAS DE RADIO E TELEVISAO
159	ESCRITORES, JORNAL. REDAT., LOCUT. E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES.
161	ESCUPTORES, PINTORES E TR. ASSEMBLADOS
162	DECORADORES E DESENHISTAS COMERCIAIS
163	FOTOGRAFOS, OPERADORES DE CAMERAS DE CINEMA E TELEVISAO E TR. ASSEMBL.
170	ARTISTAS SEM ESPECIFICACAO
171	COMPOSITORES, MUSICOS, CANTORES
172	COREOGRAFOS E BAILARINOS
173	ATOES E DIRETORES DE ESPETACULOS
174	EMPRESARIOS E PRODUTORES DE ESPETACULOS
175	ARTISTAS DE CIRCO
179	MUSICOS, ART., EMPRES. E PRODUT. DE ESPETAC. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
181	TECNICOS DESPORTIVOS E TRABALHADORES ASSEMBLADOS
182	ATLETAS PROFISSIONAIS
189	TECNICOS DESPORT. E ATLET. PROFIS. E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES.
191	BIBLIOTECARIOS, ARQUIVOLOGISTAS E MUSEOLOGOS
192	SOCIOLOGOS, ANTROPOLOGOS E TR. ASSEMBL.
193	ASSISTENTES SOCIAIS
194	PSICOLOGOS
195	FILOGOS, TRADUTORES E INTERPRETES
196	MEMBROS DE CULTO RELIGIOSOS E TR. ASSEMBL.

Cod.	Profissão
212	MEMBROS SUPERIORES DO PODER EXECUTIVO
213	MEMBROS SUPERIORES DO PODER JUDICIARIO
214	FUNCIONARIOS PUBLICOS SUPERIORES
221	DIPLOMATAS
230	DIRETORES EMPRESARIOS SEM ESPECIFICACAO
231	DIRETORES DE EMPRESAS MANUFATUREIRA
232	DIRETORES DE EMPRESAS AGROPECUARIAS, PESQUEIRA E EXTRATIVAS
233	DIRETORES DE EMPRESAS DE PROD. E DISTRIB. DE ENERGIA ELETRICA, E GAS E DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO
234	DIRETORES DE EMPRESAS DE CONSTRUCAO CIVIL
235	DIRETORES DE EMPRESAS DE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA, DE EMPRESAS HOTELEIRAS E ESTABELECIMENTO SIMILARES
236	DIRETORES DE EMPRESAS DE TRANSPORTES E COMUNICACOES
237	DIRETORES DE EMPRESAS FINANCEIRAS, IMOBILIARIAS, COMPANHIAS DE SEGUROS, EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS E OUTRAS SIMILARES
238	DIRETORES DE EMPRESAS DE SERVICOS COMUNITARIOS E SOCIAIS
239	DIRETORES DE EMPRESAS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
240	ADMINISTRADORES, ADMINIST. DE EMPRESA, EXECUTIVOS, GERENTES SUPERINTENDENTES SEM ESPECIFICACAO
241	GERENTES ADMINISTRATIVOS E ASSEMBLHADOS
242	GERENTES DE PRODUCAO, E DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
243	GERENTES FINANCEIROS, COMERCIAIS E DE PUBLICIDADE
249	OUTROS GERENTES DE EMPRESAS
300	ENCARREGADOS DE SECAO, DE SETOR OU DEPARTAMENTO, FISCAIS, INSPETORES E SUPERVISORES SEM ESPECIFICACAO
301	CHEFES INTERMEDIARIOS ADMINISTRATIVOS
302	CHEFES INTERMEDIARIOS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
309	OUTROS CHEFES INTERMEDIARIOS, ADMINIST., DE CONTAB. E FINANÇAS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
310	FUNCIONARIOS PUBLICOS SEM ESPECIFICACAO
311	AGENTES ADMINISTRATIVOS
312	TECNICOS E FISCAIS DE TRIBUTACAO E ARRECADAÇÃO
313	AGENTES SUPERIORES DA POLICIA
314	SERVENTUARIOS DA JUSTICA
319	AGENTES DE ADMINISTRACAO PUBLICA N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
321	SECRETARIOS
323	DATILOGRAFOS, ESTENOGRAFOS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
331	AUXILIARES DE CONTABILIDADE, CAIXAS E TR. ASSEMBLHADOS
332	ATENDENTES DE GUICHE, BILHETEIRAS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
339	TRABALHADORES DE SERV. DE CONTABIL., CAIXAS E TR. ASSEMBLHADOS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
341	OPERADORES DE MAQUINAS CONTABEIS E DE CALCULAR
342	OPERADORES DE MAQUINAS DE PROCESSAMENTO AUTOMATICO DE DADOS
343	PERFURADORES E CONFERIDORES (CARTOES E FITAS)
351	AGENTES DE ESTACAO E MOVIMENTO /

Cod.	Profissão
353	CHEFES DE SERVICOS AEREOS, CONTROLADORES DE TRAFEGO AEREO E TR. ASSEMBLHADOS
354	CHEFES E INSPETORES DE SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO
355	CHEFES DE SERVICOS DE TRANSPORTES MARITIMO, FLUVIAL E LACUSTRE
360	DESPACHANTES, FISCAIS E COBRADORES DE TRANSPORTES COLETIVOS (EXCETO TREM)
370	CORRESPONDENCIA, CARTEIROS E MENSAGEIROS
380	TELEFONISTAS, TELEGRAFISTAS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
390	BANCAIROS E ECONOMIARIOS SEM ESPECIFICACAO
391	TRABALHADORES DE SERVICOS DE ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM
392	SECURITARIOS SEM ESPECIFICACAO
393	AUXILIARES DE ESCRITORIO E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
394	RECEPCIONISTAS
395	ARQUIVISTAS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
396	AEROVIARIOS SEM ESPECIFICACAO
397	FERROVIARIOS E METROVIARIOS SEM ESPECIFICACAO
398	COMERCIAIROS SEM ESPECIFICACAO
399	TRABALHADORES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
410	COMERCIAIROS (COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA)
421	SUPERVISORES DE VENDAS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
422	SUPERVISORES DE COMPRAS E COMPRADORES
431	AGENTES E INSPETORES TECNICOS DE VENDAS
432	VENDEDORES PRACISTAS, REPRESENTANTES COMERCIAIS E TR. ASSEMBLHADOS
440	PUBLICITARIOS SEM ESPECIFICACAO
441	CORRETORES DE SEGUROS, DE IMOVEIS E DE TITULOS E VALORES
442	AGENTES DE VENDA DE SERVICOS AS EMPRESAS
443	LEILOEIROS, AVALIADORES E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
451	VENDEDORES DE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA E TR. ASSEMBLHADOS
452	VENDEDORES AMBULANTES, VENDEDORES A DOMICILIO E JORNALEIROS
453	DEMONSTRADORES E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
490	TRABALHADORES DE COMERCIO E TR. ASSEMBLHADOS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
500	GERENTES DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E ESTABEL SIMILARES E TR. ASSEMBLHADOS
520	MORDOMOS, GOVERNANTAS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
531	COZINHEIROS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
532	GARÇONS, BARMEN E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
540	TRABALHADORES DE SERVENTIA (DOMICILIOS E HOTEIS) E TR. ASSEMBLHADOS
541	COMISSARIOS (SERVICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS)
551	TRABALHADORES DE SERVICOS DE ADMINISTRACAO DE EDIFICIOS
552	TRABALHADORES DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS
560	LAVADEIROS, TINTUREIROS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS

Cod.	Profissão
581	BOMBEIROS
582	POLICIAIS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
583	GUARDAS DE SEGURANCA E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
584	GUARDAS DE TRANSITO
589	TRABALHADORES DE SERVICOS DE PROTECAO E SEG NAO CLASSIF SOB OUTRAS EPIGRAFES
591	AGENTES DE VIAGEM E GUIAS DE TURISMO
592	AGENTES DE SERVICOS FUNERARIOS E EMBALSAMADORES
599	TRABALHADORES DE SERVICOS DE TURISMO, HOSPEDAGEM, SERVENTIA, HIGIENE E EMBELEZAMENTO, SEG. E TR. ASSEMEL. N. CLASSIFICADOS SOB OUT. EPIGRAFES
600	ADMINISTRADORES DE EXPLORACOES AGROPECUARIAS E FLORESTAIS
601	CAPATAZES DE EXPLORACOES AGROPECUARIAS E FLORESTAIS
611	PRODUTORES AGROPECUARIOS POLIVALENTES
612	PRODUTORES AGROPECUARIOS ESPECIALIZADOS
621	TRABALHADORES AGROPECUARIOS POLIVALENTES E TR. ASSEMEL.
631	TRABALHADORES DA CULTURA DE GRAMINEAS
632	TRABALHADORES DA CULTURA DE PLANTAS FIBROSAS
633	TRABALHADORES HORTIGRANGEIROS
634	TRBALHADORES DA FLORICULTURA
635	TRABALHADORES DA FRUTICULTURA
636	TRABALHADORES DA CULTURA DE PLANTAS PRODUTORAS DE SUBST. ESTIMULANTES E DE ESPECIARIAS (EXCETO AS DE EXTRACAO FLORESTAL)
637	TRABALHADORES DA CULTURA DE PLANTAS OLEAGINOSAS
638	TRABALHADORES DA CULTURA DE PLANTAS PRODUTORAS DE SUBSTANCIAS AROMATICAS, MEDICINAIS E TOXICAS (EXCETO AS DE EXPLORACAO FLORESTAL)
639	TRABALHADORES AGRICOLAS ESPECIALIZADOS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
641	TRABALHADORES DA PECUARIA DE GRANDE PORTE
642	TRABALHADORES DA PECUARIA DE MEDIO PORTE
643	TRABALHADORES DA PECUARIA DE PEQUENO PORTE
644	TRABALHADORES DA PECUARIA (INSETOS UTEIS)
649	TRABALHADORES DA PECUARIA N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
651	TRABALHADORES FLORESTAIS DA EXPLORACAO DE ESPECIES PRODUTORAS DE MADEIRAS
652	TRABALHADORES FLORESTAIS DA EXPLORACAO DE ESPECIES PRODUTORAS DE GOMAS ELASTICAS, NAO ELASTICAS E RESINAS
653	TRAB. FLORESTAIS DA EXPLORACAO DE ESPECIES PRODUTORAS DE FIBRAS, CERAS E OLEOS
654	TRAB. FLORESTAIS DE ESPECIES PRODUTORAS DE SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS
655	TRAB. FLORESTAIS DA EXPLOR. DE ESPEC. PRODUT. DE SUBSTANCIAS AROMATICAS, MEDICIN E TOXICAS
659	TRAB. FLORESTAIS NAO CLASSIFICADOS SOB OUTRAS EPIGRAFES
661	PATROES DE PESCA
662	PESCADORES INDUSTRIAIS
663	PESCADORES ARTESANAIS

Cod.	Profissão
671	OPERADORES DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS
672	OPERADORES DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS DE PECUARIAS
673	OPERADORES DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS DE EXPLORACAO FLORESTAL
701	MESTRES (EMPRESAS MANUFATUREIRAS E DE CONSTRUCAO CIVIL)
702	MESTRES (EMPRESAS DE EXTRACAO MINERAL)
703	MESTRES (EMPRESAS DE ENERGIA ELETRICA, GAS, AGUA E ESGOTO)
704	CONTRAMESTRES DA INDUSTRIA TEXTIL
711	MINEIROS E CANTEIROS
712	OPERADORES DE MAQ. DE EXTRACAO MINERAL (MINAS E PEDREIRAS)
713	TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE MINERIOS E PEDRAS
714	SONDADORES DE POCOS DE PETROLEO E GAS E TR. ASSEMELHADOS
715	SONDADORES DE POCOS (EXCETO DE PETROLEO E GAS)
716	SALINEIROS (SAL MARINHO)
719	TRABALHADORES DE MINAS E PEDREIRAS, SONDADORES E TR. ASSEMELHADOS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
721	FORNEIROS METALURGICOS (PRIMEIRA FUSAO)
722	OPERADORES DE LAMINACAO
723	FORNEIROS METALURGICOS (SEGUNDA FUSAO E REAQUECIMENTO)
724	FUNDIDORES DE METAIS
725	MOLDADORES E MACHEIROS
726	TRABALHADORES DE TRATAMENTO TERMICO E TERMO-QUIMICO DE METAIS
727	TREFILADORES E ESTIRADORES DE METAIS
728	GALVANIZADORES E RECOBRIDORES DE METAIS
729	TRAB. METALURG. E SIDERURGICOS NAO CLASSIF. SOB OUT EPIGRAFES
731	TRABALHADORES DE TRATAMENTO DA MADEIRA
732	OPERADORES DE MAQUINAS DE DESDOBRAR MADEIRA
733	PREPARADORES DE PASTA PARA PAPEL
734	OPERADORES DE MAQUINAS PARA A FABRICACAO DE PAPEL E PAPELAO
735	PREPARADORES DE COMPENSADOS E AGLOMERADOS
739	TRABALHADORES DE TRATAMENTO DA MADEIRA E DE FABRICACAO DE PAPEL E PAPELAO N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
741	OPERADORES DE BRITADEIRAS, TRITUR. E MIST. (TRATAMENTOS QUIMICOS E AFINS)
742	OPERADORES DE INSTALACOES TERMICA PARA PROCESS. QUIMICOS
743	OPERADORES DE APAREL. DE FILTRAGEM E SEPARACAO (TRATAMENTOS QUIMICOS E AFINS)
744	OPERADORES DE APARELHOS DE DESTILACAO E REACAO
745	OPERADORES DE REFINACAO DE PETROLEO
746	OPERADORES DE COQUERIA
747	TRABALHADORES DA PRODUCAO E MANIPULACAO DE MEDICAMENTOS
749	OPERADORES DE INSTALACOES DE PROCESSAMENTOS QUIMICOS E TR. ASSEMEL. N. CLASSIF. EM OUT EPIGRAFES
751	TRABALHADORES DE PREPARACAO DE FIBRAS
752	FIANDEIROS E TRABALHADORES ASSEMELHADOS
753	TRABALHADORES DE PREPARACAO DE TEGELAGEM

Cod.	Profissão
759	FIANDEIROS, TECELÕES, TINGIDORES E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
761	CURTIDORES DE COURO E PELES E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
771	MOLEIROS
772	TRABALHADORES DE FABRICAÇÃO E REFINAÇÃO DE AÇÚCAR
773	MAGAREFES E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
774	TRABALHADORES DE INDUSTRIALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS
775	TRABALHADORES DE TRATAMENTO DO LEITE, FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS E DE PRODUTOS SIMILARES
776	PADEIROS, CONFEITEIROS E TR. ASSEMBLHADOS
777	TRABALHADORES DE PREPARAÇÃO DE CAFÉ, CACAU E PROD. ASSEMBL.
778	TRABALHADORES DE FABR. DE CERVEJA, VINHOS E OUT. BEBIDAS
779	TRABALHADORES DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
781	PREPARADORES DE FUMO
782	CHARUTEIROS
783	CIGARREIROS
791	ALFAIATES, COSTUREIROS E MODISTAS
793	CHAPELEIROS
794	MODELISTAS E CORTADORES (VESTUÁRIO)
795	COSTUREIROS (CONFECCAO EM SERIE)
796	ESTOFADORES E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
797	BORDADORES E SERZIDORES
799	TRABALHADORES DE COSTURA, ESTOF. E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
801	SAPATEIROS
802	TRABALHADORES DE CALÇADOS
803	TRABALHADORES DE ARTEFATOS DE COURO (EXCETO ROUPAS E CALÇADOS)
811	MARceneiros E TR. ASSEMBLHADOS
812	OPERADORES DE MÁQUINAS DE LAVRAR MADEIRA
819	MARceneiros, OPERADORES DE MÁQUINAS DE LAVRAR MADEIRA E TRABALHADORES ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
820	CORTADORES, POLIDORES E GRAVADORES DE PEDRAS
831	FORJADORES
832	FERRAMENTEIROS E MODELADORES DE METAIS
833	TORNEIROS, FREZADORES, RETIFICADORES E TR. ASSEMBL.
834	PREPARADORES DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS (PRODUÇÃO EM SÉRIE)
835	FERRAMENTAS (PRODUÇÃO EM SÉRIE)
836	POLIDORES DE METAIS E AFIADORES DE FERRAMENTAS
839	TRABALHADORES DA USINAGEM DE METAIS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
840	AJUSTADORES MECÂNICOS
841	MONTADORES DE MÁQUINAS
842	RELOJÓEIROS E MONTADORES DE INSTRUMENTOS DE PRECISÃO
843	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
844	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES
845	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS
846	MECÂNICOS SEM ESPECIFICAÇÃO
849	AJUSTADORES, MONTADORES E MECAN. DE MÁQ., VEIC. E INSTRUMENTOS DE PRECISÃO N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES

Cod.	Profissão
854	REPARADORES DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS
855	ELETRICISTAS DE INSTALAÇÕES
856	INSTALADORES E REPARADORES DE EQUIP. E APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÃO
857	INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS ELÉTRICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES
859	ELETRICISTAS, ELETRÔNICOS E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. OUT EPIGRAFES
861	OPERADORES DE ESTÂNCIAS DE RÁDIO E TELEVISÃO
862	OPERADORES DE EQUIP. DE SONORIZAÇÃO, CENOGRAFIA E PROJEÇÃO
870	RISCADORES, TRACADORES E CORTADORES SEM ESPECIFICAÇÃO
871	ENCANADORES E INSTALADORES DE TUBULAÇÕES
872	SOLDADORES E OXI-CORTADORES
873	CHAPEADORES E CALDEIREIROS
874	MONTADORES DE ESTRUTURAS METÁLICAS E TR. ASSEMBLHADOS
880	JOALHEIROS E OURVES
890	SOPRADORES E MOLDADORES DE VIDROS E TR. ASSEMBLHADOS
891	CORTADORES E POLIDORES DE VIDROS
892	CERAMISTAS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
893	FORNEIROS (VIDRARIA E CERÂMICA)
894	GRAVADORES DE VIDRO
895	PINTADORES E DECORADORES DE VIDROS E CERÂMICAS
899	VIDREIROS, CERAMISTAS E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
901	TRABALHADORES DE FABR. DE PRODUTOS DE BORRACHA (EXCETO PNEUMÁTICOS)
902	TRABALHADORES DE FABR., VULC. E REPARAÇÃO DE PNEUMÁTICOS.
903	TRABALHADORES DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PLÁSTICO
910	CONFECCIONADORES DE PRODUTOS DE PAPEL E PAPELÃO
920	GRÁFICOS SEM ESPECIFICAÇÃO
921	COMPOSITORES TIPOGRÁFICOS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
922	IMPRESSORES TIPOGRÁFICOS
923	ESTEREOTIPISTAS E ELETROTIPISTAS
924	GRAVADORES E CLICHÉISTAS (EXCETO FOTOGRAVADORES)
925	FOTOGRAVADORES
926	ENCADERNADORES E TRAB ASSEMBLH
927	TRABALHADORES DE LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS
929	TRABALHADORES DAS ARTES GRÁFICAS N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES PINTORES SEM ESPECIFICAÇÃO
931	PINTORES DE OBRAS E DE ESTRUTURAS METÁLICAS
939	PINTORES N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
940	ARTESÕES E CONFECCIONADORES SEM ESPECIFICAÇÃO
941	CONFECCIONADORES DE INSTRUM. MUSICAIS E TR. ASSEMBLHADOS
942	CESTEIROS, CONFECC. DE PROD. DE VIME E SIMILARES E TR. ASSEMBLHADOS
943	TRAB DE FABR. DE PRODUTOS DERIV. DE MINERAIS NÃO METÁLICOS
949	TRABALHADORES DA CONFECCAO DE INSTRUM. MUSICAIS DE PROD. DE VIMES E SIMILARES, DE DERIV. DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES

Cod.	Profissão
954	CARPINTEIROS
955	LADRILHEIROS, PARQUETEIROS E TRABALHADORES ASSEMBLHADOS
956	INSTALADORES DE MATERIAL ISOLANTE
957	VIDRACEIROS
959	TRABALHADORES DA CONSTRUCAO CIVIL TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
961	OPERADORES DE INSTALACOES DE PRODUCAO DE ENERGIA ELETRICA
962	MAQUINISTAS SEM ESPECIFICACAO
969	OPERAD DE MAQ FIXAS E EQUIP SIMILARES N CLASS SOB OUT EPIGRAF
971	ESTIVADORES, CARREGADORES E EMBALADORES
972	APARELHADORES E EMENDADORES DE CABOS (EXCETO CABOS ELETRICOS E DE TELECOMUNICACOES)
973	OPERADORES DE GUINDASTES E DE EQUIP. DE ELEVACAO SIMILARES
974	OPERADORES DE MAQ. DE CONSTRUCAO CIVIL E DE EQUIP. AFINS
979	TRABALHADORES DA MANIPULACAO DE MERCADORIAS E MATERIAIS, OPERADORES DE MAQ. DE CONSTRUCAO CIVIL, E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
980	TRANSPORTADORES SEM ESPECIFICACAO
981	CONTRAMESTRES DE EMBARCACOES, MARINHEIROS DE CONVES E BARQUEIROS
982	MAQUINISTAS E FOGUISTAS DE EMBARCACOES
983	MAQUINISTAS E FOGUISTAS DE LOCOMOTIVAS E MAQUINAS SIMILARES
984	AGENTES E AUXILIARES DE MANOBRAS (TRANSPORTES FERROVIARIOS) TR. ASSEMBLHADOS
985	CONDUTORES DE AUTOMOVEIS, ONIBUS, CAMINHOS E VEICULOS SIMILARES
986	CONDUTORES DE ANIMAIS E DE VEICULOS DE TRACAO ANIMAL
987	TRATORISTAS SEM ESPECIFICACAO
989	CONDUTORES DE VEICULOS DE TRANSP. E TR. ASSEMBL. N. CLASSIF. SOB OUT. EPIGRAFES
990	APRENDIZ E OPERARIOS SEM ESPECIFICACAO
991	INDUSTRIARIOS SEM ESPECIFICACAO
992	METALURGICOS SEM ESPECIFICACAO
993	ACABADORES, DESBASTADORES, DESPONTADORES, GROSSADORES, LIXADORES, LUSTRADORES, PERFILADORES, PLAINADORES, POLIDORES REBARBADORES SEM ESPECIFICACAO
994	ESTRUSORES, PRENSISTAS SEM ESPECIFICACAO
995	CALANDRISTAS, MODELADORES, MOLDADORES E TREFILADORES SEM ESPECIFICACAO
996	INSTALADORES E MONTADORES SEM ESPECIFICACAO
997	CORTADORES, LAMINADORES E TRACADORES SEM ESPECIFICACAO
998	TORNEIROS E FUNDIDORES SEM ESPECIFICACAO
999	TRABALHADORES BRACAIS N. CLASSIF. SOB OUTRAS EPIGRAFES